

GUSTAVO HENRIQUE FEIX PORTELA

**A DISPENSA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO NOTURNO:
DA LEGALIDADE À REALIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial de avaliação na disciplina Seminário de Monografia.

CURITIBA
1996

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	3
1.2 JUSTIFICATIVA	3
1.3 OBJETIVOS	4
2 REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1 ENSINO NOTURNO - CARACTERIZAÇÃO.....	5
2.2 LEGISLAÇÃO VIGENTE COM DESTAQUE À LEI Nº 7692/88.....	11
2.2.1 IDADE E ENVELHECIMENTO - A CONSCIÊNCIA DO BENEFÍCIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	17
2.2.2 TREINAMENTO MILITAR E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA.....	26
3 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
ANEXOS	43

1. INTRODUÇÃO

A Atividade Física é hoje considerada como um meio educativo privilegiado, porque abrange o ser na sua totalidade. O caráter assumido pela Educação Física como uma parte fundamental da educação, é hoje em dia reconhecido universalmente. Tem como seus principais objetivos a saúde dos indivíduos, a procura incessante de uma aptidão física adequada ao nosso cotidiano e também alguns valores morais da nossa sociedade atual.

A correta visão da Educação Física é de que são atividades físicas dosadas a realidade escolar do aluno em seu nível formal e atividades físicas programadas por profissionais competentes, tendo em seus conteúdos, finalidades diferenciadas.

Para os militares eles vêm da seguinte forma: é uma atividade física sistemática, concebida para exercitar, educar, treinar, aperfeiçoar, condicionar, tudo isto, conseguido através de exercícios calistênicos na sua essência.

Três vertentes surgem da Educação Física relacionadas à assuntos específicos: os exercícios educativos, os jogos e os desportos. Porém uma boa eficácia destes conteúdos é sem dúvida nenhuma uni-los, integrá-los para um mesmo indivíduo.

Inegavelmente todas essas vertentes possuem características inerentes a cada uma. Como exemplo, o desporto que, desperta disciplina e auto confiança mas também tem seu lado moral e cultural dentro da nossa sociedade.

Com o advento da sociedade capitalista, o ser humano visualizou novas diretrizes na sua vida. Até então não se preocupava com tanta intensidade o

aspecto financeiro e sim com aspectos morais e intelectuais da sociedade. Essa outra visão levou os indivíduos a buscarem novas alternativas para a solução de seus problemas. A sociedade capitalista não viu a verdadeira dimensão do aprendizado cultural; para eles a assimilação de padrões organizacionais tem que levar à uma sociedade consumista, alienante e despolitizada. A busca de recursos financeiros para a sobrevivência levou os indivíduos a adquirirem novos valores na sua história. A necessidade do trabalho não era privilégio de alguns e sim de uma grande parte da população que buscava no trabalho uma sobrevivência social.

Surge então uma alternativa para essas pessoas adultas analfabetas e não adultas; o Ensino Noturno. O resgate de um equilíbrio social entre o estudo e o trabalho para uma ascensão social. O Ensino Noturno surge no início por interesses políticos na década de 70. Para os políticos não interessava um indivíduo crítico e politizado e sim um ser alienante e despolitizado para uma melhor manipulação dos mesmos. A exploração do ser humano era um fato em evidência nesta época devido à Revolução Industrial.

Somente na década de 80 surgem pensadores para este dilema criado em cima do ensino noturno. Estes pensadores visualizavam novos horizontes para educação de adultos analfabetos como era conhecida. Reivindicações, indagações e interrogações vêm à tona, a respeito do verdadeiro sentido do ensino noturno no processo de ensinar/aprender.

Como este tipo de educação é considerada como especial pois, os tipos de clientes que nela se inserem possuem dificuldades e problemas. Surgem então, algumas soluções. Entre elas está a Dispensa da Educação Física para pessoas que não podem desempenhar esta pratica por vários motivos, seja ele por trabalho, seja ele por incapacidade física, seja por problemas biológicos e fisiológicos, entre outros. Surgindo desta forma esta pesquisa voltada especificamente sobre a dispensa escolar na sua totalidade. Nela serão discutidos todos os itens da dispensa segundo as leis vigentes no Estado do Paraná. Desde a

sua instalação até a atual realidade escolar. Discutindo até que ponto seu verdadeiro significado apontando ao final desta pesquisa algumas soluções e sugestões a certa do assunto.

1.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Os critérios para a dispensa da prática da Educação Física no Ensino Noturno realmente, beneficiam ou não o aluno?

1.2. JUSTIFICATIVA

Na percepção do professor, sua prática revela a verdadeira realidade acerca da dispensa escolar e nota-se uma diferença daquilo que a legislação vigente prevê.

O elevado número de dispensas do Ensino Noturno está a exigir um tratamento mais sério por parte da escola que muitas vezes se vê desamparada pelos órgãos administrativos. A lei de dispensa não abrange ou soluciona os muitos problemas gerados por ela entre os quais um modelo legal de declarações condizentes com a realidade atual das escolas.

A desconsideração do papel da disciplina de Educação Física nos Conselhos de Classe, que só tem reforçado a necessidade de ser rever até que ponto este tratamento diferenciado das demais disciplinas tem colaborado para este descaso e também por parte do aluno da verdadeira importância da Educação Física em sua formação.

O Regimento Interno das escolas não dá a questão da dispensa escolar um esclarecimento maior das dúvidas que surgem, deixando a critério do professor as decisões não explícitas da lei.

A prática da Educação Física no ensino noturno, muitas vezes é feita em outro turno, manhã ou à tarde, isso provoca descontentamento nos alunos, que quando não dispensados faltam às aulas excessivamente.

A falta de material para a prática da Educação Física nas escolas noturnas tem levado o professor e os alunos a fazerem das aulas apenas um espaço de tempo a ser cumprido, quase sempre espaço menor, sem buscar à atingir objetivo algum.

A não reprovação da disciplina de Educação Física vêm aumentar a desconsideração do papel da Educação Física, pois os alunos ligam a não reprovação com a não importância desta disciplina no âmbito escolar.

1.3. OBJETIVOS

Identificar quais são os principais critérios da prática da Educação Física escolar através de uma revisão bibliográfica.

Fornecer subsídios para que os professores na sua efetiva prática docente desempenhem seu trabalho de forma satisfatória; à dispensa da Educação Física.

Colaborar com o corpo docente, discente e administrativo das escolas o sentido de elevar e esclarecer os verdadeiros objetivos da prática da Educação Física.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. ENSINO NOTURNO - CARACTERIZAÇÃO

Para Laterza, o descaso com o ensino noturno no Brasil é intenso principalmente na região Norte. Somente o Sul e o Sudeste possuem uma preocupação com este ensino, que é na maioria das vezes relegado a segundo plano. A escolarização do ensino brasileiro é precária em todos os sentidos. Seus professores, seus alunos, suas escolas não funcionam em perfeita harmonia.

Se, já na época do Brasil Império havia esta preocupação com o ensino para adultos analfabetos, isso nos mostra a importância deste assunto ser tratado o mais rápido possível. Assim como segunda preocupação visível é os altos níveis de repetência e evasão escolar. Acredita-se que esses índices ou indicadores são altamente responsáveis para o descaso vigente com o ensino noturno.

Para se ler com maior frequência este tema abordado “Ensino Noturno”, só foi possível a partir da década de 70 para cá. Até então não existia relato nacional sobre esta problemática.

Toda essa dificuldade encontrada para se refletir sobre Ensino Noturno, está sustentada do processo ensino-aprendizagem o qual caracteriza a desconexão entre os conteúdos programáticos e o mundo significativo real do estudante do noturno.

Outro aspecto a ser abordado é a busca da própria identidade do professor e do aluno estabelecendo relações entre ambos de modo bem mais significativo. Para LATERZA(1994), esse problema somente a fenomenologia pode nos desvendar e explicitar os atuais problemas do professor e do aluno, buscando o seu eu mais intenso.

O texto da constituição, art. 205 diz:

“ A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Analisando este artigo, comenta-se que todo o indivíduo tem direito a estudar, tornar-se cidadão efetivamente, porém isto precisa ser definitivamente efetivado.

A dicotomia entre o que é estudado e o que faz parte de seu mundo é evidente. Essa relação de ensino-aprendizagem com o seu universo de trabalho é simplesmente inaceitável, causando muitas vezes um maior número de evasão e repetência escolar. Tudo isso causará e resultará a um produto ou um aluno inautêntico, perdedor de suas próprias características individuais.

Cada vez mais se torna evidente o descaso dos professores para com os alunos. Suas preocupações são simplesmente com a passagem de conteúdos e mais um ano letivo que se passou. Não há preocupação alguma com o cotidiano do nosso objeto de estudo; o aluno trabalhador do noturno. Desta forma efetivará cada vez mais um aluno simbólico, latente, indiferente, alienante no processo de ensinar/aprender.

O verdadeiro significado do aluno é a compreensão dos seus anseios. Um projeto de educação é mais autêntico quando busca através da existência histórica dos alunos à compreensão verdadeira do sentido do aluno no mundo que esta inserido.

A necessidade de compreender o aluno do noturno é de primordial importância para traçar a melhor ou mais eficaz maneira do processo ensinar/aprender dar bons resultados. Por isso, cada vez mais as pesquisas nesta área necessitam de dados objetivos e subjetivos a respeito do aluno que é o

objeto de estudo. A dificuldade de entender a realidade do aluno na sua essência, é um dos pontos-chaves a ser mais discutido.

Toda angústia do aluno que procura através do seu mundo a melhor aprendizagem confronta-se também com a angústia do professor em tentar da sua maneira aproximar-se cada vez mais ao mundo significativo do aluno, porém nunca se esquecendo de normas, disciplinas escolares, um bom material de trabalho para uma troca harmoniosa de conhecimentos fugindo da frustração de muitos docentes em lecionar a noite.

Carvalho, cita que para o estudante o insucesso do processo ensinar/aprender seria:

“ A bagunça, a repetência escolar, a fuga da realidade, a conflitante relação professor/aluno, cansaço, desinteresse, desordem, sobrevivência humana social, vida profissional e paciência do professor”.

Para o professor o insucesso do processo ensinar/aprender seria:

“ Conteúdos distantes do cotidiano, o significado verdadeiro do indivíduo aluno e o choque da realidade do diurno com o noturno”.

Com todo esse insucesso, insatisfação mútua vale alertar hipóteses construtivas a respeito do assunto. Para LATERZA seria: “ Readequação curricular, mudança na carga horária do curso noturno aumentando o tempo de duração do primeiro grau e diminuindo o tempo semanal, bolsa de emprego na escola, agenciamento de emprego, variação metodológica/didática, cursos de reciclagem para professores, valorização da disciplina e da responsabilidade civil. Com todos esses itens e partindo-se que o aluno e o professor já visualizam novos horizontes, novas perspectivas, novas projeções para este dilema; é um indicio de que o ensino noturno tem jeito de transitar para uma nova fase histórica cheia de luz.

Comprovadamente, citado por Carvalho e Laterza dados estatísticos comprovam que os jovens optam pelo ensino noturno. Isso porque já estão quase todos engajados ao trabalho cumprindo jornadas de 6 a 8 horas no diurno.

Também a desconexão da atividade docente com o que o corpo discente necessita na verdade. Algumas soluções para isso, estão tentando solucionar os problemas inerentes ao ensino noturno. Uma delas já sem horizontes futuros, é o que o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão praticando. A transformação de ensino regular noturno em supletivo, ocasionando uma forte elitização do ensino, comprimindo ou resumindo conteúdos tão necessários para a formação do indivíduo integralmente. No estado de São Paulo oferece uma situação mais completa; o Projeto Noturno onde 115 escolas da rede estadual, testam reformas administrativas, didáticas e pedagógicas para a melhoria do ensino noturno.

A reavaliação das pesquisas atuais, ocorre com o aproveitamento do conteúdo passado nas escolas noturnas com o que o aluno irá ocupar concretamente no seu cotidiano. O que se tem visto é a impossibilidade de que o aluno ocupe esses conteúdos para sua prática profissional. Quando houver este estudo reelaborado a partir da prática escolar, acreditamos que este estudo de caso está meio caminho andado. A busca do trabalho mais precocemente é a busca da sobrevivência social, porém a impossibilidade de desempenhar estudo com trabalho é evidente. O fracasso escolar ocorre e muitas vezes é ignorado. O que leva o indivíduo a sua escolarização é a crença de que ela o ajudará a melhorar suas condições profissionais levando assim sua sobrevivência.

Para Bautelot e Establet, citado por Célia Carvalho (1986); ... A divisão social do trabalho que espera os indivíduos à saída do processo de escolarização já esta determinada nos seus mecanismos desde o início desse processo... , isto nos põe em confronto com a famosa elitização da escola. Ela se comporta como um aparelho de distribuição dos indivíduos em classes sociais bem definidas onde, os favorecidos são os burgueses e os desfavorecidos são os proletariados.

Antigamente freqüentava uma escola noturna os indivíduos que possuíam grande idade cronológica e os que necessitavam de trabalhar. O corpo docente recebia apenas gratificações pela aulas dadas. Estas por sua vez eram feitas em locais improvisados para prática pedagógica. No estado de São Paulo somente a

partir da década de 40 surgiram novos cursos noturnos. Essa criação está aliada essencialmente à política. Somente em anos pré-eleitorais, o surgimento de novas escolas aumentada, principalmente em regiões do interior onde existia um número de indivíduos significativamente alto e poderia reverter isso em voto na urna. O interesse político era tanto que o número de novas escolas da década de 40 para início da década de 70 simplesmente aumentaram dez vezes mais. A implantação destas escolas eram feitas em prédios já existentes onde durante o dia funcionava grupos escolares, por isso o descaso do Estado e a falta de interesse para com o ensino noturno. Também a administração escolar destes grupos diurnos era de total insatisfação com o do ensino noturno. Eles acreditavam que como era educação para adultos, todos os danos materiais do colégio deveriam ser cobrados com mais intensidade dos próprios alunos.

No início do funcionamento dos cursos noturnos não precisava comprovar jornada de trabalho. Qualquer pessoa poderia cursar neste período. Somente a partir da década de 40 é que se exigiu prova do exercício de atividade remunerada. A nível federal a lei manda:

“ A matrícula de alunos em cursos noturnos só será aceita para candidatos com idade mínima de 14 anos, casos especiais só serão aceitos se não houver outro estabelecimento que ofereça as mesmas oportunidades ou se o candidato fizer prova de atividade remunerada, ou de impedimento grave para cursar as escolas diurnas (Portaria Ministerial nº 31-25/04/62).

Existem ressalvas com relação a esta lei. Não se sabe ao certo explicar o sentido verdadeiro do que seria os impedimentos graves para as escolas e para o Estado; também não se sabe ao certo a verdadeira comprovação da atividade remunerada dos alunos que muitas vezes é falsa, não acontecendo o registro em carteira, comprovando a mesma.

Ocorre, porém, a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/71 uma segregação social relacionada com a sua própria origem. A distribuição dos alunos em cursos públicos e particulares, diurnos e noturnos só alimenta mais

esta divisão. Só estuda à noite o aluno que precisa produzir recursos financeiros para sua sobrevivência. Talvez seja por isso que o pequeno rendimento e a baixa qualidade do ensino noturno é cada vez mais evidente.

Para Célia P. Carvalho; “ Ensina-se menos à noite, exige-se menos à noite e reprova-se mais à noite, tudo isto constatado pelos próprios discursos dos alunos no seu cotidiano escolar, seu verdadeiro significado e também da figura do professor. De fato, há uma certa inferioridade do ensino noturno comparado com o diurno. Alunos, professores e funcionários comprovam isso. O lema ideológico da escola como veículo de transição de saber se perde, tendo o trabalho como o mais privilegiado. A “válvula de escape” para problemas reais que ocorrem no cotidiano é a realidade da escola onde funciona como uma arma de despolitização, dando maior vigor à sociedade capitalista em que está inserida.

Hoje em dia na visão dos alunos, o currículo está se tornando artificial demais. Há uma nítida divisão de disciplinas que tem caráter formativo para a vida futura e outras simplesmente servem para preencher horário. Será que a reformulação curricular seria a solução? Dentro desta visão, a disciplina Educação Física é relegada a planos inferiores. Tem-se a quadra, material, tempo só não se tem o professor. Isto ocorre às vezes devido a Educação Física ser em períodos especiais fora do horário normal de aula funcionando muitas vezes aos sábados.

Sobre o professor há algumas indagações; qual o verdadeiro papel do professor? Ele está alcançando as expectativas de seus alunos? O que falta? Quais são as suas dificuldades? O que se tem notado é que o professor também é prejudicado nesse processo ensino/aprendizagem. Fatores como: má remuneração, falta de condições de trabalho e segurança são reivindicações antigas desta classe, mas nunca foram alcançadas.

A sociedade capitalista não viu a verdadeira dimensão do aprendizado cultural que a escola tem que passar. Para eles a assimilação de padrões organizacionais tem que levar a uma sociedade consumista, alienante e

despolitizada. O trabalho e o conteúdo passado nas escolas foge das expectativas de todos envolvidos neste processo de ensinar/aprender. A exploração fica bem evidente quando relacionado a menor idade do trabalhador/estudante. A valorização fica a desejar sempre elitizando pessoas de classes mais elevadas. Se o trabalho é uma condição natural do homem, tem que ser encarado de uma outra forma, ou seja, mais humana. A ligação trabalho/escola tem pontos chaves a serem citados: é comum dizer que o estudante trabalhador dorme pouco à noite; estudante trabalhador trabalha para sua sobrevivência; o estudante trabalhador é explorado; o trabalhador estuda para arranjar um melhor emprego; no trabalho há ajuda mútua entre colegas, etc.

A escola cumpre a tarefa de dotar os indivíduos de certas condições para que eles possam produzir mais no seu trabalho e não tanto para lhe proporcionar uma qualificação específica. Através disto, Célia conclui que: os objetivos principais da educação nacional é:

- 1) preparar para prática capitalista tornando o indivíduo peça chave para o desenvolvimento econômico.
- 2) criar nos indivíduos conceitos de disciplina, eficiência, ordem e precisão.
- 3) reduzir sua produção intelectual tornando-os despolitizados para uma melhor manipulação dos mesmos.

2.2. LEGISLAÇÃO VIGENTE COM DESTAQUE À LEI Nº 7692/88

No ensino de 1º e 2º graus, a disciplina Educação Física faz parte do currículo pleno em seu Art. 7º da Lei nº 5692/71.

Segundo a Resolução nº 7251/84 que aprova o regulamento para o ensino e a prática da Educação Física nos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino de 1º e 2º graus, do Estado do Paraná em seu Art. 1º, Título I, trata das finalidades:

“ A Educação Física , como prática obrigatória, tem por finalidade o desenvolvimento corporal e mental harmonioso, o despertar do espírito solidário, a criatividade, a formação integral da personalidade, o emprego útil do tempo de lazer, a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade e a implantação de hábitos sadios, fatores básicos na conquista do aprimoramento do educando e da Educação Nacional ”.

O referido Regulamento consta de 30 artigos, os quais explicita sobre: finalidades, obrigatoriedade, objetivos, organização e funcionamento, constituição de turmas, horários, livro registro, frequência, avaliação e aproveitamento, exame médico, compensação e controle, recursos, corpo docente, plano anual de trabalho, compensação pelo Desporto Estudantil.

Embora este Regulamento disponha sobre muitos aspectos relativos à Educação Física nas escolas do Paraná, outros tantos necessitam atenção especial. Assim, várias leis foram criadas, entre elas citamos:

1.“ O Decreto-lei nº 1044 de, 21 de outubro de 1969 que dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções.

Art. 1º. São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

- a) incapacidade física (...);
- b) ocorrência isolada ou esporádica;
- c) duração da doença (...);

Art. 2º. Atribuir a esses estudantes como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com o acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do Estabelecimento.

Art. 3º. Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Art. 4º. Será da competência do diretor do Estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção.

Pelo exposto neste Decreto-lei a dispensa da Educação Física pode ser definitiva ou temporária.

2. Pelo Parecer 311/88 do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ “Ao aluno é dado o direito de solicitar dispensa ou não da Educação Física. Contudo, uma vez optante pela dispensa ele o terá por completo, pelo fato de a Lei nº 6503 de, 13/12/77, em momento algum exigir qualquer forma de compensação no caso ”.

O direito à solicitação de dispensa ou não da Educação Física encontra-se respaldo na Constituição Federal /88 no Cap. I que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Assim, dispõe o Art. 5º “ Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

I (...)

VIII - Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em Lei ”.

Com referência ao aspecto da crença religiosa é importante ressaltar no ensino noturno que muitas escolas oferecem as aulas de Educação Física na sexta-feira após o pôr do Sol ou no sábado pela manhã, impossibilitando aos alunos que

guardam o sábado, de participar dessas aulas e conseqüentemente optam pela dispensa das mesmas. Todavia, a Lei nº 7102 recomenda que ao se elaborar o horário de aulas procure-se minorar os contratempos decorrentes das práticas religiosas, o que nem sempre é possível acatar pelas escolas.

3. A Lei nº 6503 de 13/12/77 dispõe sobre a Educação Física, em todos os graus e ramos de ensino. Reza o Art. 1º - É facultativa a prática da Educação Física, em todos os graus e ramos de ensino:

- a) ao aluno de curso noturno que comprove exercer atividade profissional, em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas;
- b) ao aluno maior de 30 (trinta) anos de idade;
- c) ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em outra situação, comprove estar obrigado à prática de educação física na Organização Militar em que serve;
- d) ao aluno amparado pelo Decreto-lei nº 1044, de 21/10/69;
- e) ao aluno de curso de pós-graduação;
- f) e à aluna que tenha prole;

Em 20 de dezembro de 1988, foi sancionada a Lei nº 7692 que dá nova redação ao disposto na Lei nº 6503 de 13 de dezembro de 1977 que dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino. A nova redação refere-se exclusivamente ao Art. 1º, letra A, que assim ficou: “ ao aluno que comprove exercer atividade profissional, em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas. Portanto o direito à dispensa da Educação Física estendeu-se a todos os alunos que estudam em qualquer turno.

Convém ressaltar algumas colocações, embasadas na prática docente do autor deste trabalho e no diálogo com a supervisora do Colégio Estadual Rio Branco em Curitiba, com 15 anos de experiência na escola noturna. Primeiramente na escola noturna, a dispensa da Educação Física carece de maior conhecimento das leis que a regem, por parte dos funcionários da secretaria das

escolas, supervisores, a até mesmo das direções. Esse desconhecimento faz com que o professor de Educação Física tome as decisões, para as quais nem sempre o mesmo se acha preparado, seja pelo conhecimento acadêmico ou pela falta de experiência. Este clima de insegurança na escola chega ao aluno que, por sua vez considera e trata a sua dispensa das aulas de Educação Física com descaso e de forma secundária, a ponto de chegar o 4º bimestre e haver alunos que tem esta situação não regularizada.

Sabe-se que o Regimento Escolar espelha a realidade de cada escola e deve conseqüentemente dispor sobre todos os aspectos que envolvem os problemas pedagógicos, entre eles a dispensa de Educação Física, todavia, nem mesmo este documento tem se prestado a solucionar tal aspecto. A exemplo, a quem cabe o papel de receber a documentação da dispensa? À secretaria da escola? Ao professor da disciplina? Ao supervisor e ou coordenador da escola? Ao diretor? A quem cabe controlar a entrada ou o vencimento das dispensas? A quem cabe divulgar aos alunos novos os critérios da dispensa? A quem cabe organizar o horário especial para as aulas de Educação Física, quando não estão inclusas no horário normal de aulas?

Para este estudo é importante que se desenvolva mais detalhadamente os critérios expressos na Lei nº 7692/88 das letras A até F.

O Art. 1º, letra A, da Lei nº 7692/88 reza que o aluno é dispensado da Educação Física desde que comprove exercer atividade profissional em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas. Referindo-se a esta letra, o procedimento usual das escolas expresso no Regimento Escolar é exigir a declaração idônea da empresa, que comprove o total de horas/dia trabalhadas, xerox e original da carteira de trabalho para comprovar o vínculo empregatício e os dados pessoais, requerimento padrão fornecido pela escola, devidamente preenchido.

Para os alunos, não registrados em carteira profissional adota-se o critério de apresentar declaração que comprove o tipo de atividade e o número de horas que trabalha com três testemunhas, o R.G. das mesmas e mais o requerimento

padrão preenchido. Por servir a muitas circunstâncias e por não haver mecanismos de como a escola controlar a idoneidade das declarações observa-se que há, por parte de muitos alunos o uso de má fé neste aspecto. À escola cabe unicamente aceitar a documentação e deferi-la. Porém, entre o alunado que conhece a realidade dos alunos de má fé, gera indignação e abre caminho para outros mais procedimentos iguais, cada vez mais incontroláveis pela escola. Isto se comprova pelo crescente número de dispensas baseadas neste critério. No entanto, há a considerar que existem casos verdadeiros. Diante de tal situação e do objetivo a que se propõe a escola de 1º e 2º graus, qual seja, preparação para o exercício consciente da cidadania e para o trabalho, questiona-se até que ponto a escola e a sociedade trabalham paralelamente para formar o verdadeiro cidadão? Até que ponto a realidade sócio/escolar e a lei da dispensa da Educação Física se mostram favoráveis ou não ao benefício do aluno, problema este levantado inicialmente nesta monografia.

O Art 1º, letras B e C serão abordados em capítulos específicos, a posteriori. O conteúdo que concerne ao Art. 1º, letra D explicitado anteriormente deixa clara os critérios para o tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções.

O Art. 1º, letra E, refere-se a alunos de pós-graduação, que podem ser dispensados desde que comprovem a participação no mesmo através de uma declaração e mais o requerimento de dispensa preenchido.

O Art. 1º, letra F, trata da dispensa da aluna que tenha prole. Para efetivar essa dispensa é necessário apresentar xerox e original da certidão de nascimento do filho, xerox e original do R.G. da aluna/mãe, mais o requerimento de dispensa preenchido. É justo este critério pois a aluna/mãe acumula o desempenho de papéis como: mãe, dona de casa, estudante e até mesmo de profissional fora de casa, o que lhe acarreta um esforço físico, intelectual e emocional além de sua capacidade, gerando conseqüentemente menor disposição e condições para a prática de Educação Física na escola.

2.2.1. IDADE E ENVELHECIMENTO - A CONSCIÊNCIA DO BENEFÍCIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Para esta monografia o estudo da idade e envelhecimento é importante porque trará teoricamente o respaldo e a segurança nas afirmações e questionamentos que se fará após a exposição de Weineck (1991).

A Organização Mundial da Saúde (O.M.S) dividiu o processo de desenvolvimento e envelhecimento do homem nas seguintes faixas de 15 anos:

- Idade adulta jovem ou juvenil (15 à 30 anos)
- Idade madura (31 à 45 anos)
- Idade de mudança ou média (46 à 60 anos)
- Faixa etária do homem mais velho (61 à 75 anos)
- Faixa etária do homem velho (76 à 90 anos)
- Faixa etária do homem muito velho (mais de 90 anos)

O período da idade de mudança, a O.M.S também o designa como período do homem em envelhecimento. As alterações do organismo humano durante esse período são determinantes para o subsequente decorrer do envelhecimento.

Há necessidade de definir alguns conceitos fisiológicos antes de discutirmos a total influência da atividade física nos processos de envelhecimento. Entre eles estão o conceito de idade e envelhecimento.

Idade (funcional) - a junção das idades cronológicas (valor numérico), biológica (condição biológica do organismo), psicológica (desempenho e maturação mental) e sociológica (estrutura social) dão à idade funcional, que representa significativamente a verdadeira idade do indivíduo.

Envelhecimento - o conceito de envelhecimento em relação ao esporte é a soma de todas as alterações biológicas, psicológicas e sociais, que depois de alcançar a idade adulta e ultrapassar a idade de desempenho máximo, leva a uma redução gradual das capacidades de adaptação e de desempenho psicofísicas do indivíduo.

A seguir, citaremos dentro do processo de envelhecimento determinadas características inerentes à certos órgãos do organismo humano, isto é, como ocorre este processo dentro de certos níveis de funcionalidade. Entre eles estão:

Sistema Nervoso - com o aumento da idade o peso do cérebro diminui (Buerger 1957). Admite-se que o cérebro se constitui de 50-199 bilhões de células nervosas. Até os 80 anos à uma perda de 3 bilhões de células. A perda dessas células acarreta atrofia em determinados níveis, no entanto, é relativamente pequena uma vez que os neurônios que sobram assumem tarefas de forma compensatória.

Coração - através do aumento da resistência vascular (processos de esclerose) é exigido um maior desempenho do coração com o aumento da idade. À isto ele reage com hipertrofia. Entre os 30 e os 80 anos o peso do coração dos homens aumenta cerca de 1 grama ao ano, das mulheres cerca de 1,4 gramas ao ano.

Vasos - a parede arterial com o aumento da idade sofre uma reestruturação. (Burger 1957,90) afirma que o enrijecimento dos vasos arteriais com o aumento da idade, a diminuição da elasticidade, o engrossamento e serpenteamento das paredes arteriais são processos fisiológicos que ninguém escapa.

Pulmão - o pulmão em envelhecimento caracteriza-se por uma dilatação dos alvéolos e uma diminuição do número de alvéolos. Através dessa diminuição do número de alvéolos, ocorre uma diminuição da superfície total

respiratória ocasionando uma redução da elasticidade pulmonar. Com isso a capacidade vital regride.

Rins - apesar da idade avançada, os rins continuam preenchendo bem suas funções de regulação da economia de água no organismo humano.

Fígado - diminui de tamanho após os 80 anos, porém suas capacidades regenerativas ficam intactas, desta forma havendo uma compensação nas suas funções.

Pele - a pele exposta envelhece de forma mais acentuada que a não exposta. Embora a Epiderme (camada superior da pele), se mantenha capaz de regenerar-se até a idade avançada ela envelhece intensamente, se torna mais fina e mais transparente. A origem é atribuída a uma diminuição da atividade de Mitose. Também a perda de água é um fator importante.

Musculatura Esquelética - a diminuição da força muscular e da massa muscular serve como uma das manifestações de envelhecimento mais conhecida. A perda de força ocorre com mais intensidade em determinados grupos musculares. Entre eles estão: os músculos flexores do antebraço e nos músculos que mantêm o corpo ereto.

Ossos - os ossos sofrem acentuados processos de envelhecimento. A atrofia do tecido ósseo (osteoporose) incide mais cedo nas mulheres do que nos homens. A perda de sais minerais nas mulheres equivale aos 30 - 35 anos à 0,75% - 1%, a partir da menopausa de 2% à 3% ao ano; nos homens à partir dos 40 anos cerca de 0,4%. No geral com o passar da idade, ossos tornam-se frágeis, porosos e quebradiços, portanto suportam menos cargas.

Além destas características próprias de determinados órgãos ao processo de envelhecimento, é necessária citar outros fatores que também influenciam neste processo. Entre eles: fatores ambientais como alimentação, carga corporal, estresse psicológica e produtos farmacêuticos. É neste ponto que o esporte ou a atividade física surge para reagir contra pelo menos alguns dos chamados

processos de envelhecimento. Desta forma surgindo a questão: Será que a pratica esportiva ocasiona um prolongamento na vida?

Segundo (Maegerlein / Hollmann 1975, 22) o único método até hoje cientificamente seguro de manter o homem que está envelhecendo biologicamente mais jovem do que corresponde a sua idade cronológica é o treinamento corporal.

Com isso o esporte, quando se observa a relação entre inatividade corporal e a redução da capacidade de desempenho do homem que está envelhecendo é o melhor meio de envelhecer de maneira saudável. Também pessoas de mais idade que praticam esporte conseguem ser 10 à 12 anos mais jovens, em relação à sua idade biológica.

Classificação das Faixas Etárias segundo a Idade Esportiva

Para (Winter 1974, p.392) subdividiu a idade adulta em: precoce, média, posterior e tardia.

Precoce - engloba o período entre os 18 / 20 anos e os 30 anos. Para a pessoa não treinada é o período em que há manutenção de certas capacidades. Para a pessoa treinada é o período onde ocorre desempenhos esportivos máximos.

Média - engloba o período entre os 30 anos e os 45 / 50 anos. Para a pessoa não treinada ocorre redução no desempenho esportivo. Para a pessoa treinada é o período de manutenção do desempenho.

Posterior - engloba a faixa entre 45 / 50 anos e os 60 / 70 anos. Para a pessoa não treinada diminui-se velocidade, força e resistência. Para a pessoa treinada ocorre involuções acentuadas.

Tardia - engloba o período dos 60 / 70 anos em diante. A redução do desempenho motor é geral tanto para treinado como para não treinado.

Existem dois fatores que são preponderantes no desempenho de pessoas com mais idade, são eles: a herança genética que ocupa cerca de 70% da capacidade de desempenho e as influências externas que ocupam os 30% restantes.

“ Pela diminuição da capacidade de desempenho corporal depois da terceira década de vida, a mais lenta e reduzida capacidade de adaptação é a responsável, por um lado, e a capacidade orgânica geral reduzida, por outro. Ela se baseia em alterações no sistema neuro-muscular, bem como no aparelho postural e nas áreas cardiopulmonar-metabólica. (Hollmann / Hettinger 1980, p.621)”.

Portanto a opinião unânime de autores que dizem que a quebra de desempenho pode ser retardada através de treinamento corporal. Isto nos mostra o verdadeiro papel da pratica física para os indivíduos principalmente incluídos na idade média (30 à 50 anos). Havendo esta pratica física citada anteriormente aliada a certas capacidades individuais do indivíduo (força, velocidade, resistência, mobilidade, coordenação, suportar cargas, cardiorespiratório e cardiopulmonar), acredita-se que o ser humano alcance de uma melhor forma uma longevidade mais regrada de prazeres do que de desprazeres.

Treinamento Adequado à Idade

O primeiro critério a ser tomado possui precauções quanto a prescrição de atividades físicas à pessoas de maior idade. É o trabalho conjunto de um profissional da área médica com um profissional de Educação Física. Através de um exame médico esportivo é avaliado certas capacidades que o indivíduo poderá ou não desempenhar fisicamente limitando muitas vezes o treinamento físico. Porém estes exames terão que acontecer mais vezes para o indivíduo durante sua fase de adaptação ao exercício que vai de 6 meses à 12 meses.

Para o esportista idoso a velocidade e a força são fatores de desempenho sem significado algum. Deve-se dar maior atenção ao desenvolvimento das capacidades de resistência, à estabilização e melhora das capacidades coordenativas e à mobilidade. Num programa de exercícios idealmente formado para indivíduos de maior idade é de, 60% de treinamento é dedicado à resistência, 30% à mobilidade e agilidade e 10% à resistência de força (Bringmann 1982,395).

O segundo critério é a respeito às individualidades de cada um. Deve-se saber como foi a vida do indivíduo, se sedentária nas idades anteriores a 30 anos ou se já foi praticante esportivo antes dos 30 anos. Isto porque a melhor adaptação do indivíduo já treinado é bem visível e há bem menos restrições a determinados exercícios.

Modalidade Esportiva adequada à Idade

O surgimento de uma dúvida surge quando se fala em modalidade esportiva para uma idade avançada. Como indicar uma modalidade condizente com a faixa etária do indivíduo. Parte-se então de uma aptidão geral das modalidades esportivas para as pessoas mais velhas onde o conceito “pessoas mais velhas” deve ser biologicamente interpretada.

Entre as modalidades esportivas recomendadas para as pessoas mais idosas, estão principalmente as modalidades de resistência pois as alterações no sentido de uma maior capacidade de desempenho e de uma maior capacidade de suportar carga só são alcançadas com um treinamento de resistência adequado. As principais formas de exigência motora como, força, velocidade, mobilidade e coordenação, não oferecem estímulos para melhorar o desempenho do sistema cardiopulmonar (Reindell 1979,183; Liesen et. al. 1979,219).

Modalidades Esportivas

Caminhada - através de sua influência repousante e compensatória, age de forma favorável no sistema nervoso vegetativo. Possuem ação desestressante. Sua pratica regular evita ou breca um aparecimento de uma Osteoporose na velhice. Porém com certas limitações pois, não se consegue um aumento significativo da capacidade cardiopulmonar desta atividade. O efeito favorável da caminhada em montanhas, onde a altura é superior a 1.000 metros está no estímulo complementar da reduzida pressão de oxigênio sobre os processos metabólicos e hemodinâmicos.

Correr - uma das vantagens da corrida está no fato de não ser necessário nenhum equipamento caro e muito menos instalações esportivas especiais. Também não existe hora apropriada para executá-la. A mais recomendada é a corrida nos bosques, em terrenos macios onde poupa as articulações, pois pessoas de maior idade possuem na maioria das vezes um excesso de peso, isto poderia reverter em prejuízos ortopédicos para o indivíduo.

Ciclismo - em ordem de significado o ciclismo vem depois da corrida para a saúde já que é exigida uma menor massa muscular com uma força de contração um pouco maior que durante uma corrida leve de longa duração. Por outro lado, o ciclismo, exige menos do aparelho locomotor e de apoio, uma vez que é praticado sentado. O ciclismo é indicado para pessoas obesas, pois através do relaxamento estático das articulações do quadril, joelho e pé não sobrecarrega as mesmas.

Remo - Como o ciclismo o remo é de excelente importância pois uma das suas principais exigências é o estímulo para o sistema cardiocirculatório. Entretanto, não poderá ocorrer uma flexão máxima no tronco, pois pode traumatizar a coluna vertebral do indivíduo.

Natação - a natação é uma das modalidades esportivas mais recomendadas atualmente. Ela serve ao enrijecimento, estimula a circulação, exige de forma variada à musculatura, treina a coordenação e a resistência. Para adquirir benefício sobre o sistema cardiocirculatório a natação deve ser executada com movimentos mais enérgicos e não muito lentos.

Jogos - Os grandes jogos (futebol, handebol, basquete, voleibol, etc) são apropriados fundamentalmente para aqueles que já jogaram estes jogos na sua juventude, portanto indivíduos que já possuem habilidades e capacidades técnico-táticas dos jogos.

Tênis de Campo - o tênis de campo para as pessoas idosas não é recomendado a não ser que já tenha praticado na sua vida jovem. O tênis através de suas reações rápidas e cargas intensivas podem sobrecarregar o aparelho locomotor.

Ginástica Artística - a ginástica artística pertence aos exercícios esportivos que exigem força e coordenação, mas não resistência e não é recomendada para idades avançadas. Os momentos de alta carga estática, respiração de pressão e elevada pressão sangüínea podem ocasionar auto risco no aparelho locomotor, portanto mais uma vez não é indicado para idades avançadas.

Equitação - possui as mesmas restrições da ginástica artística. Só pode ser praticado na idade avançada por pessoas que já praticaram anteriormente.

Contra-Indicações dos Esportes

Para a atividade esportiva do homem mais velho existe contra-indicações, que se não observados podem levar a complicações e danos. Segundo (Eckert 1980,8670), são eles:

1- Restrição à amplitude de desempenho cardiocirculatório com base orgânica.

2- Doenças pulmonares com carga mais forte sobre a pequena circulação.

3- Aumentos acentuados da pressão sanguínea.

4- Distúrbio do ritmo cardíaco e da propagação da excitação no músculo cardíaco.

5- Todas as doenças agudas dos diversos órgãos.

6- Sinais de atividades de doenças cardíacas inflamatórias.

7- Doenças hepáticas crônicas.

8- Insuficiência renal.

9- Ataque cardíaco.

Weineck (1991) expõe em seu trabalho um estudo sobre a idade e o envelhecimento no intuito de comprovar a importância da atividade física independente de qualquer idade.

O referido autor também ressalta que o indivíduo praticante de alguma atividade física tem a sua idade biológica aumentada em 10 anos com relação à idade cronológica.

O objetivo da presente monografia é colaborar com os professores, alunos e administração das escolas no sentido de elevar e esclarecer os verdadeiros objetivos da prática da Educação Física. Os conteúdos do estudo de Wineck vêm subsidiar teoricamente esta monografia. Far-se-á assim, uma relação entre o que afirma Wineck e o que dispõe a Lei nº7692/88 no seu Art. 1º, letra C que trata da dispensa da Educação Física para o aluno maior de 30 anos de idade.

A partir da terceira década de idade o homem inicia outro estilo de vida, novos valores sociais surgem e ele dedica a maior parte do tempo às atividades profissionais, porque necessita suprir as necessidades da família, provavelmente já constituída, e como consequência os cuidados com a saúde e o corpo são relegados a segundo plano. Tal comportamento vêm a carretar o sedentarismo, uma das principais causas de doenças coronarianas, pulmonares e psicológicas (estresse) que tem afetado cada vez mais precocemente o homem.

As dificuldades financeiras e de locomoção, a distância dos parques públicos do local de moradia são motivos que também contribuem para o sedentarismo do homem.

Segundo Maegerlein/Hollmann o único método cientificamente seguro para manter o homem que está envelhecendo biologicamente mais jovem o que corresponde a sua idade cronológica é o treinamento corporal.

Se o envelhecimento de certos órgãos do organismo humano está submetido não só a fatores biológicos (intrínsecos) mas também a fatores ambientais, ao estresse psicológico e aos produtos farmacêuticos espera-se que a atividade física venha a reagir contra pelo menos algum desses processos de envelhecimento.

Diante do exposto, questiona-se o que dispõe a Lei Nº 7692/88, Art.1º, letra C. Até que ponto é necessário incentivar o aluno a buscar esse critério de dispensa sendo que a sua efetivação pode não trazer benefícios para ele? Face às novas circunstâncias socio-econômico-psicológicas que o homem vive, não teria chegado o momento de se rever esse critério de dispensa? A escola, mais precisamente os professores de Educação Física, não teriam o compromisso político e técnico de reverter no aluno esta consciência distorcida a respeito do que lhe traz ou não benefício para a sua saúde? Está a Universidade preparando os futuros profissionais da Educação Física para essa nova concepção do educador que busca formar o aluno crítico, capaz de independente de quaisquer circunstância, optar pelo que lhe traz benefício para a saúde do corpo e da mente.

2.2.2. TREINAMENTO MILITAR E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

O treinamento militar é considerado como prática de Educação Física, por isso o aluno que faz parte de uma organização militar é dispensado da mesma prática na escola.

Apresentar-se-á neste trabalho um resumo do Manual de Campanha do Treinamento Físico Militar, para se poder, a seguir, evidenciar as relações existentes entre as praticas físicas: militar e escolar, e sobretudo a conseqüente dispensa desta pratica na escola.

O método adotado para o treinamento militar é eclético, tendo em vista beneficiar-se das diversas formas de treinamento físico. Esse treinamento físico militar aumenta o valor individual do combatente, desenvolvendo-lhe a aptidão física e as qualidades morais e profissionais.

Existem ainda algumas valências físicas que se destacam dentro do treinamento militar, são elas:

Aptidão Física: é o estado físico do militar são, que apresenta um elevado grau de desenvolvimento de suas funções cardiovascular e respiratória, complementando por uma adequada resistência muscular e mobilidade articular, tudo dentro de um perfeito equilíbrio psicológico, de modo a permitir o desempenho de suas missões específicas, seja em tempo de paz, seja em tempo de guerra.

Qualidades Morais: O treinamento físico militar exerce sobre a personalidade do executante um papel preponderante, desenvolvendo-lhe inúmeras qualidades morais.

Qualidades Profissionais: Todo militar tem o dever de manter-se em boas condições de aptidão física, para bem cumprir suas funções específicas.

Bases do Treinamento Físico Militar

A) O treinamento físico militar visa a capacitar especificamente o homem para o desempenho de missões do Exército, de acordo com sua função militar, através de trabalho de fundo orgânico e neuro-muscular.

B) Os trabalhos orgânicos visam a desenvolver as grandes funções cardiovascular e respiratória. Os trabalhos neuro-musculares visam a desenvolver a resistência muscular localizada ou grupos de músculos.

C) Além dos trabalhos de fundo orgânico e muscular, o treinamento físico muscular desenvolve as qualidades de audácia, coragem, destreza, espírito de luta e de equipe, além de proporcionar a recreação de militares.

D) Na procura da aptidão física são desenvolvidos alguns parâmetros, entre eles estão:

D.1) Força

D.2) Flexibilidade

D.3) R.M.L (resistência muscular localizada)

D.4) Resistência e Endurance

D.5) Agilidade

D.6) Velocidade

D.7) Coordenação

Divisão em Categorias (Idade)

Todos os soldados com idade inferior a 45 anos e que fazem parte de alguma incorporação militar são obrigados a participarem de treinamentos físicos militares. Esses por sua vez, são divididos em duas categorias distintas:

1º Grupamento - até a idade de 35 anos

2º Grupamento - mais de 35 anos até 45 anos

Sessões de Treinamento

Para os militares a prática física é conhecida como sessões de treinamento. Estas sessões são divididas em:

Preparatória: deve ser executada bem próximo do local em que será realizado o trabalho de fundo.

Propriamente dita: não deve haver em hipótese alguma a continuidade da fase preparatória. Nesta fase o treinamento é dividido em circuito e outras partes de corridas.

Volta à calma: exercícios respiratórios leves, bem intercalados. Há mais movimentação natural do corpo quase sem esforço algum.

Também estas sessões de treinamento possuem um outro tipo de classificação, são elas: 1) Obrigatórias

2) Complementares(facultativas)

1) Obrigatórias

1.A) Sessão Preparatória: A ginástica preparatória visa aquecer o organismo preparando-o para o trabalho, propriamente dito, por meio de exercícios variados. Nesta sessão os exercícios desempenhados são bem localizados a certos grupos musculares. Dois momentos são bem evidentes nesta preparação: os estáticos que são mais utilizados para os militares do 1º Grupamento e os dinâmicos que são mais utilizados para os militares do 2º Grupamento.

1.B) Sessão de Treinamento em Circuito: Esta sessão é uma excelente atividade para obtenção de R.M.L e melhoria das funções cardiovasculares e respiratória, além de desenvolver a força e volume das grandes massas musculares. Nesta sessão é utilizado materiais de apoio como: plataformas, rampas, halteres, pranchas com punhos, cordas de pular, escada e barras fixas.

1.C) Sessão de Corrida: Desenvolvem também as funções cardiovascular e respiratórias. Tem como objetivo a aquisição de boa condição orgânica pelo aumento da resistência e endurance. Nesta sessão há uma progressão definida de acordo com as semanas de treinamento e a distância. Como exemplo:

1ª semana	-----	1500m	-----	12'	-----	2/semana
2ª semana	-----	2000m	-----	15'	-----	3/semana
3ª semana	-----	2500m	-----	15'	-----	3/semana
4ª semana	-----	3000m	-----	18'	-----	2/semana
5ª semana	-----	3000m	-----	18'	-----	3/semana
6ª semana	-----	3500m	-----	20'	-----	3/semana
7ª semana	-----	3500m	-----	20'	-----	3/semana
8ª semana	-----	3500m	-----	18'	-----	3/semana
9ª semana	-----	3500m	-----	18'	-----	3/semana
10ª à 16ª semana		4000m	-----	20'	-----	3/semana

1.D) Sessão de Grandes Jogos: Os grandes jogos são atividades físicas viris e que desenvolvem nos praticantes a vontade de lutar pela vitória, bem como despertam o espírito de equipe e a agressividade indispensável ao combatente. Como vantagem citamos a simplicidade de execução, a possibilidade de um grande número de participantes e a recreação. Entre os grandes jogos se destacam: Bola Militar(rugby), Futebol Gigante e Basquetebol Gigante.

1.E) Sessão da Pista de Pentatlo Militar: Melhora a condição física geral, desenvolvendo os parâmetros; resistência, flexibilidade, R.M.L , coordenação, agilidade, equilíbrio, explosão e a potência muscular. A par disso, desenvolve as qualidades de coragem, audácia e sangue-frio, colocando o homem frente a tipos

de obstáculos comumente encontrados nos campos de luta. Como vantagens desta sessão temos:

1.E.1) Exige condição física homogênea, já que solicita um esforço físico muito grande de toda musculatura e das condições orgânicas dos praticantes.

1.E.2) Encaminha atletas para uma prova típica de competições militares.

1.E.3) Coloca o combatente frente a obstáculos comumente encontrados no campo de luta.

1.E.4) Sendo uma pista com características e dimensões padronizadas facilita a apreciação de índices, fator de grande valor e motivação da sessão.

Entre os obstáculos do Pentatlo Militar se destacam:

Escada de corda, vigas justapostas, cabos paralelos, rede de rastejo, passagem de vau, viga de equilíbrio, rampa de escalada com corda, barras horizontais, vigas em degraus (piano), banquetas e fossa, escada vertical e traves de equilíbrio. Tudo isso totalizando 20 provas ao final.

2) Complementares ou Facultativas

2.A) Sessão das Sete Famílias (com material e sem material)

Marchar, trepar, saltar, levantar, transportar, lançar, atacar, defender, correr, carniça repetida, luta coletiva de repulsão, luta coletiva de tração e cabo de guerra humano.

Dentre os materiais usados se destacam: cordas, granadas inertes, estafetas de pau, e etc.

2.B) Sessão de Ginastica Acrobática

2.B.1) Rolamento Lateral Esticado

Rolamento Lateral Grupado

Vela (cair de costas selando os rins)

Queda de Frente

Rolamento Simples para Frente

Parada de Três Apoios

Carrinho de Mão (dois participantes)

Parada em “ Y “ (dois participantes)

Gangorra (dois participantes)

Marcha de Gangorra (dois participantes)

2.B.2) Rolamento Simples para Frente

Ponte

Rolamento Grupado para Trás

Queda de Frente

Rodada em Apoio de Frente e de Costas

Parada de Frente à Frente

Rodada de Costas com Costas

Rodada sobre os Joelhos (dois participantes)

Marcha do Camelo (dois participantes)

2.B.3) Parada de mão com Impulso

Roda

Salto de peixe

Andar em Parada de Mão

Parada de Quatro Apoios

Rodada do Marinheiro (dois participantes)

Lagarta dupla (dois participantes)

Salto Alternado com Rolamento

2.C) Sessão de Desportos e Lutas

Algumas considerações sobre esta sessão:

2.C.1) Devem ser praticadas fora das horas reservadas para o treinamento físico , com exceção das ministradas para preparar as equipes representativas do corpo.

2.C.2) Os educativos são praticados imediatamente após os exercícios de efeitos gerais, não se computando sua duração dentro dos sete minutos de preparação.

2.C.3) Os desportos devem ser praticados obedecendo as regras oficiais que o disciplinam e com uniforme e materiais adequados.

2.C.4) Os desportos são disputados com caráter recreativo para a tropa e com o objetivo de treinamento e competição, para as equipes representativas da unidade.

2.C.5) Os comandantes de corpos devem zelar para que as sessões de desportos sejam praticados pelo menos, em algumas das horas à disposição do comando e em parte dos dias de expediente.

2.C.6) Os oficiais de treinamento físico, responsáveis pelo treinamento das equipes de unidades, devem manter-se atualizados no que diz respeito aos progressos das técnicas desportivas, a fim de conservar, nos diversos desportos praticados na caserna (um nível técnico mais elevado).

2.C.7) Toda unidade deve manter suas equipes representativas bem treinadas, a fim de desenvolver o espírito de corpo e bem representar a corporação.

2.D) Sessão de Saltos sobre Aparelhos:

2.D.1) Salto lateral sobre cavalo

Salto flanco sobre cavalo

Salto grupado com esticado sobre cavalo

Salto grupado com grupado sobre plinto

Salto grupado com carpado sobre plinto

Salto afastado com esticado sobre cavalo

Salto grupado sobre plinto

Saltitamento no trampolim

Salto esticado no trampolim

2.D.2) Salto com pernas afastadas no plinto

Salto ladrão com impulsão com uma das pernas

Rolamento sobre o aparelho (plinto)

Salto rolamento com esticado sobre plinto

Salto composto (apoio nas nádegas com rolamento para trás)

Salto de peixe sobre o plinto

Salto grupado com afastado sobre cavalo

Salto grupado com impulsão no trampolim

Salto carpado com impulsão no trampolim

2.D.3) Salto grupado com grupado sobre cavalo

Salto afastado sobre cavalo

Salto grupado com impulsão no trampolim sobre cavalo

Salto afastado com impulsão no trampolim sobre cavalo

Salto de mãos com impulsão no trampolim sobre cavalo

2.E) Sessão de Ginástica com Toros de Madeira

A ginastica com toros de madeira para trabalho coletivo (quatro homens) é uma excelente atividade para desenvolvimento da força muscular , particularmente dos braços, pois:

2.E.1) Os exercícios são realizados com os toros em linha em uma os mais fileiras, compatíveis com o efetivo da escola.

2.E.2) O guia, com um toro individual de peso e medida reduzidos, deve ficar à frente da escola, a altura do centro o dispositivo e uma distância que ofereça boa visibilidade dos executantes.

2.E.3) As equipes entraram em forma de “coluna por um” tendo à esquerda os seus respectivos toros.

2.E.4) A natureza dos exercícios e o ritmo indispensável a boa execução dos mesmos exigem que os homens de cada equipe tenham alturas aproximadas.

2.E.5) Os homens devem trocar de posição ao comando de rodízio, tendo em vista uma boa distribuição eqüitativa do esforço.

2.E.6) O aumento do número de repetições deve ser progressivo.

2.E.7) Nos exercícios cuja execução o toro permanece apoiado sobre o ombro esquerdo, deve se mudar de lado para haver compensação muscular.

2.E.8) O guia comanda a tomada de decisões de início e término dos exercícios, podendo muitas vezes isso ser feito pela entonação da voz.

Este tipo de ginastica visa certos grupos físicos bem definidos, caso haja uma boa sincronia entre os participantes, entre eles: braços, pernas e abdômen.

2.F) Sessão de Natação Utilitária:

2.F.1) Importância da Natação Utilitária:

2.F.1.A) No treinamento físico militar, sempre que possível deve ser dada à natação uma elevada consideração. Ela faz trabalhar todas as partes do organismo, solicita ativamente as grandes funções e desenvolve de maneira notável as qualidades morais. Além disso, coloca o soldado em condições de lutar pela sobrevivência em caso de naufrágio, de prestar socorro a um companheiro prestes a se afogar e de atuar com eficiência nas operações aquáticas. Com efeito na guerra moderna, os ataques submarinos às tropas embarcadas, os desembarques de pequenas embarcações sob o fogo inimigo, os combates em terrenos inundados, as travessias de cursos d'água, os

trabalhos de retiradas de minas aquáticas, entre outras ações tem demonstrado a importância e a necessidade de natação na preparação militar.

2.F.1.B) Todos os soldados devem ser treinados na prática de natação, sem uniforme e equipamento, e com eles, a fim de adquirirem confiança e experiência necessárias para agir com eficiência nas ações dentro d'água. Além disso, serve para o cumprimento de certas missões e cooperação no conjunto das operações aquáticas, torna-se necessário que o maior número possível de homens especialmente selecionados receba uma instrução avançada de natação.

2.F.1.C) O treinamento aquático constitui uma preparação para adestramento mais objetivo sob o ponto de vista militar onde será completada a preparação física e psíquica do soldado, tendo em vista capacitá-lo para cumprir certas missões e enfrentar com denodo e eficiência as surpresas e a agruras dentro d'água.

2.F.1.D) O adestramento para as operações aquáticas, consiste entre outras práticas, no nado completamente vestido e equipado, a fim de habituar o soldado a vencer a resistência provocada pelo uniforme.

2.F.2) Treinamento da Natação Utilitária:

2.F.2.A) Aprendizagem dos elementos básicos da natação, desde o primeiro contato com a água até a prática da flutuação e deslocamentos numa rudimentar coordenação.

2.F.2.B) Aperfeiçoamento da flutuação e aprendizagem dos nados de costa elementar, peito e lado.

2.F.2.C) Prática do nado livre e capacidade para nadar pequenas distâncias.

2.F.2.D) Habilidade para entrar na água e mergulhar, conforme as circunstâncias.

2.F.2.E) Prática do nado submerso, da flutuação em pé, da caminhada em pé e de outros deslocamentos.

2.F.2.F) Conhecimento da segurança pessoal e da auto defesa dentro d'água.

2.F.2.G) Prática de socorro aos afogados e da respiração artificial.

2.F.2.H) Prática elementar da natação desportiva, a título de recreação e estímulo. A perfeição dos estilos e a natação de velocidade devido a escassez de tempo e as dificuldades em geral, não poderão ser convenientemente estudados. No exército, a importância não é o estilo do nadador e sim o seu desembarço dentro d'água e principalmente sua capacidade de flutuação durante longo tempo.

A prática dos treinamentos militares, conforme se expôs acima comprovam que existe uma evidente relação entre os mesmos e a prática da Educação Física escolar.

Analisando mais detalhadamente, vê-se certos aspectos como: a aptidão física (força, flexibilidade, resistência muscular localizada, agilidade, velocidade, resistência, coordenação), as qualidades morais e profissionais trabalhadas no treinamento militar e que fazem parte também da Educação Física escolar.

Outro aspecto de relação se refere às sessões de treinamento dos militares divididas em: preparatória, desenvolvimento propriamente dito e volta à calma; a aula de Educação Física escolar consiste em: aquecimento, aula propriamente dita e volta à calma.

Assim como há sessões obrigatórias e complementares para o militar visando aquecer o organismo, a obter a resistência muscular localizada, a desenvolver as funções cardiovascular e respiratória, a despertar o espírito de equipe, também as aulas de Educação Física escolar trabalham o aluno no mesmo sentido de desenvolvimento.

Com relação a utilização de materiais tem-se a colocar que tanto os militares como os alunos podem usar as cordas, as estafetas de pau, as bolas, os aparelhos (plinto, cavalo, trampolim), etc.

Merece atenção especial a importância dada à natação tanto para os militares como para o aluno, pois os objetivos para ambos se identificam e a ressaltam, como um desporto completo para o desenvolvimento das funções orgânicas e das qualidades morais.

As relações acima expostas reforçam o que as bibliografias já citam, qual seja, as práticas da Educação Física escolar se fundamentam nas práticas do treinamento militar.

Visto que um dos objetivos da presente monografia é identificar os critérios da dispensa da Educação Física escolar, a revisão bibliográfica com referência ao treinamento militar é indispensável porque o mesmo é um dos critérios para a dispensa da Lei Nº 7692/88, Art. 1º , letra C.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A partir da revisão da bibliografia do tema proposto nesta monografia é possível tecer algumas conclusões e questionamentos a respeito do mesmo.

Inicialmente, observou-se que a questão da dispensa da Educação Física na escola noturna é bastante polêmica, cercada de muitas contradições entre o que a Lei prega e a realidade vivenciada.

Acredita-se que deve haver das autoridades competentes maior empenho no sentido de revalorizar a disciplina da Educação Física na formação do aluno da escola noturna.

Deve haver a busca do verdadeiro papel da Educação Física no ensino noturno: formação do aluno? Lazer para o aluno? Preenchimento de carga horária? Cumprimento de uma lei maior?

Deve haver, por parte dos professores da disciplina, um empenho em divulgar entre os alunos o papel da Educação Física, seja na saúde, no lazer ou no desporto, levando-os ao incentivo e a busca pelas aulas, evitando-se muitas vezes a dispensa.

Tendo em vista que o sedentarismo surge atualmente como uma das principais causas de óbitos precoces, questiona-se:

Será que o indivíduo na sua terceira década de vida deve ser dispensado da prática física escolar?

Como a Universidade pode contribuir para reverter o atual quadro relativo à dispensa da Educação Física na escola noturna?

Existe uma real necessidade de se rever as leis da dispensa face à nova circunstância sócio-econômico-psicológica em que o homem vive?

Como o futuro professor de Educação Física deve pela sua ação pedagógica contribuir para que haja menor número de dispensas da Educação Física?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. _____. CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. Parecer nº 311/88 - Aprovado em 09/12/88. Dispõe sobre a facultativa prática da Educação Física no Estado do Paraná.
2. _____. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 6.503 - 13 dez. 1977. Dispõe sobre a Educação Física, em todos os graus e ramos de ensino.
3. _____. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 7.692 - 20 dez. 1988. Dá nova redação à Lei nº 6.503 - 13 dez. 1977.
4. _____. BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto - Lei nº 1.044 - 21 out. 1969. Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções que indica.
5. _____. Treinamento Físico Militar. Manual de Campanha, 2ª edição, 1975.
6. _____. Treinamento Físico Militar: Natação Desportiva. Manual de Campanha, 1ª edição, 1973.
7. _____. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 6.251 - 08 out. 1975. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Física e Desportos e o Plano Nacional de Educação Física e Desportos.
8. _____. CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. Educação Física: Regulamento. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. - 12 dez. 1983. Dispõe de algumas Resoluções, Leis e Decretos - Leis acerca da Educação Física no Estado do Paraná.
9. _____. CARVALHO, Célia Pezzolo de. O último trem parte às 19 horas: O ensino regular de 1º e 2º graus no período noturno. Caderno CEDES, São Paulo, (nº 16), 4-8, 1986.

10. _____. Restruturação do Ensino de Segundo Grau do Paraná. Proposta de conteúdos do ensino de segundo grau para Educação Física. Curitiba, dez. 1993, 2ª edição.
11. CARVALHO, Célia Pezzolo de. Ensino Noturno: Realidade e Ilusão. São Paulo, Cortez, 1986.
12. LATERZA, Betânia. Ensino Noturno: A Travessia para a Esperança. São Paulo, Global, 1994.
13. WEINECK, J. Biologia do Esporte. São Paulo, Manole, 1991. 320 à 348 p.
14. _____. BRASIL. Leis, decretos, etc. Portaria nº 31- 25/04/62.
15. _____. BRASIL. Leis, decretos, etc. Constituição de 1988. Constituição Brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988. 185 p.

ANEXOS

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 7.251/84

Aprova o Regulamento para o ensino e a prática da Educação Física nos Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino de 1ª e 2ª Graus, do Estado do Paraná.

O Secretário de Estado da Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Art. 22 da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), modifica o pelo Decreto-Lei nº 705, de 25 de julho de 1969, mantido pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 69.450, de 19 de novembro de 1971,

R E S O L V E

Art. 1ª - Fica aprovado o Regulamento para o ensino e a prática da Educação Física nos Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino de 1ª e 2ª Graus, anexo à presente Resolução.

Art. 2ª - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 4.173/83.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 08 de outubro de 1984



GILDA POLI ROCHA LOURES

Secretária de Estado da Educação



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

ANEXO REFERENTE À RESOLUÇÃO Nº 7.251/84

REGULAMENTO DO ENSINO E DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESTABELECIMENTOS DE 1º E 2º GRAUS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

TÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1º - A Educação Física, como prática obrigatória, tem por finalidade o desenvolvimento corporal e mental harmonioso, o despertar do espírito solidário, a criatividade, a formação integral da personalidade, o emprego útil do tempo de lazer, a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade e a implantação dos hábitos sadios, fatores básicos na conquista do aprimoramento do educando e da Educação Nacional.

TÍTULO II

Da Obrigatoriedade

Art. 2º - A Educação Física integrará o currículo pleno dos cursos de 1º e 2º Graus, da Rede Estadual de Ensino, como atividade escolar regular.

Parágrafo Único - As aulas de Educação Física não poderão ser substituídas por quaisquer outras atividades, mesmo as co-curriculares ou extra-classe, exceto no que dispõe o Artigo 25 deste Regulamento.

TÍTULO III

Da Caracterização dos Objetivos

Art. 3º - A Educação Física, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

- 1 - No ensino de 1º grau de 1ª. a 4ª. séries, Prê-Escolar e Educação Especial, por atividades que estimulem o desenvolvimento das capacidades naturais da criança, o desenvolvimento motor e a aprendizagem motora.



ESTADO DO PARANÁ

2.

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

- II - No ensino de 1º grau, de 5a. a 8a. séries, por atividades que contribuam para o aprimoramento integrado de todas as potencialidades físicas, psíquicas e sociais do educando, o aprimoramento da aptidão física e a iniciação aos diferentes desportos.
- III - No ensino de 2º Grau, por atividades que estimulem a aquisição de novas habilidades para o desenvolvimento da aptidão física e da prática desportiva. •
- IV - No ensino supletivo e regular noturno de 1º e 2º Graus, por atividades de caráter desportivo-recreativas, a fim de estimular e desenvolver habilidades.

Art. 4º - Nos Cursos de habilitação para o Magistério destinados à formação de professores de 1a. a 4a. séries do 1º Grau, além do previsto no inciso III do Artigo 3º, deverá haver empenho em incluir, na parte diversificada da grade curricular, a matéria Didática Especial da Educação Física Infantil, suas características teórico-práticas, visando a formação profissional.

Parágrafo único - Os conteúdos da Didática Especial da Educação Física Infantil deverão estar compatibilizados com as diretrizes específicas estabelecidas para as séries iniciais do 1º Grau.

TÍTULO IV

Da Organização e Funcionamento

CAPÍTULO I

Do Número de Sessões

Art. 5º - As normas regimentais referentes à adequação curricular dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus obedecerão, como condição essencial, ao efetivo alcance dos objetivos da Educação Física:

- I - Da 1a. à 4a. série do 1º Grau - A Educação Física integrará as atividades escolares e será ministrada em 03 (três) dias da semana em sessões com duração de quarenta minutos.



ESTADO DO PARANÁ

3.

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

II - Na Educação Especial - A Educação Física será ministrada conforme a necessidade e a característica da clientela a ser atendida no que se refere a número de sessões e carga horária.

III - De 5a. à 8a. série do 1º Grau e no 2º Grau - diurno - A Educação Física será ministrada em 03 (três) dias da semana, em sessões com duração de cinquenta minutos, para as turmas de alunos de, no máximo, 35 alunos.

IV - De 5a. à 8a. série do 1º Grau, 2º Grau e no Ensino Supletivo - noturno - A Educação Física será ministrada em 02 (dois) dias da semana, em sessões de cinquenta minutos, para turmas de, no máximo, 35 alunos.

Art. 6º - As sessões semanais de Educação Física de 5a. à 8a. série do 1º Grau e do 2º Grau deverão ser realizadas, preferencialmente, em dias alternados e, em hipótese alguma, com concentração de atividades em um mesmo dia (alternar um dia).

CAPÍTULO II

Da Constituição de Turmas

Art. 7º - As turmas para as sessões de Educação Física, dos cursos diurnos e noturnos, serão constituídas da seguinte maneira:

I - De 1a. à 4a. série do 1º Grau - pelas próprias turmas regulares.

II - De 5a. à 8a. série do 1º Grau, no 2º Grau e no Ensino Supletivo - turmas de alunos de preferência do mesmo sexo e da mesma série ou período escolar.

Parágrafo único - Se necessário, poderão ser reunidas duas ou mais turmas da mesma série, desde que não se ultrapasse o limite máximo de 35 alunos por turma, observado o disposto no item II.

Art. 8º - As aulas deverão ser ministradas por Professores, para as turmas masculinas, e professoras, para as turmas femininas, a partir da 5a. série do 1º Grau.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

4.

Parágrafo Único - Onde, quando e enquanto não houver possibilidade do cumprimento deste Artigo, tanto o professor, como a professora, poderão ministrar as aulas para ambos os sexos.

CAPÍTULO III

Dos Horários

Art. 9º - Os horários das sessões de Educação Física serão elaborados pela Direção do Estabelecimento e Professores da disciplina, preferentemente no mesmo turno das demais disciplinas.

Parágrafo Único - Os horários deverão ser elaborados de forma a proporcionar o bem-estar e a boa disposição dos alunos, não sendo permitido quaisquer exercícios até duas horas após as principais refeições.

CAPÍTULO IV

Do Livro-Registro

Art. 10 - É obrigatório o registro diário do conteúdo das sessões ministradas pelo Professor de Educação Física no Livro-Registro específico.

CAPÍTULO V

Da Frequência

Art. 11 - A frequência em Educação Física é obrigatória a todos os alunos matriculados em qualquer grau e modalidade de ensino, ressalvados os casos previstos na legislação (Lei nº 6503/77 e Lei nº 1044/69).

Art. 12 - O aluno será considerado aprovado em Educação Física, quanto à frequência, quando comparecer no mínimo a 75% das sessões ministradas.

CAPÍTULO VI

Da Avaliação e Aproveitamento

Art. 13 - A aptidão física constituirá referência fundamental para avaliação em Educação Física.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

5.

Art. 14 - Os alunos de todos os graus de ensino terão seu aproveitamento avaliado quanto aos aspectos de desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo, considerando-se exclusivamente o progresso obtido individualmente no transcorrer das atividades.

§ 1º - O processo de avaliação dará sempre ênfase a aspectos práticos do domínio psicomotor e, em nenhuma hipótese, abordará assuntos que não tenham sido tratados durante a execução do programa.

§ 2º - A recuperação dos alunos, com aproveitamento insuficiente, nunca terá conteúdo diferente do programa executado no período regular a que se referir, e deverá atender às deficiências constatadas durante o ano letivo, visando a sua superação.

§ 3º - Aos alunos que hajam sido submetidos a regime especial de exercícios, aplicar-se-á a avaliação apenas de acordo com o trabalho por eles efetivamente realizado.

CAPÍTULO VII

Do Exame Médico

Art. 15 - A documentação comprobatória do exame médico renova do a cada ano letivo é imprescindível à prática da Educação Física em qual quer nível de ensino.

Art. 16 - Caso o aluno seja considerado inapto para a prática da Educação Física, no laudo deverá constar indicação do motivo da dispensa (Código Internacional de Doenças - CID) e duração do impedimento, os quais de verão ser transcritos no livro-registro.

CAPÍTULO VIII

Da Compensação e Controle

Art. 17 - É facultativa a prática da atividade física aos alu nos amparados pela Lei Federal nº 6.503, de 13/12/77.

§ 1º - Ao aluno amparado pelo item A do Artigo 1º da Lei Fede ral nº 6.503/77, é obrigatória a apresentação, no ato da matrícula, da docu mentação comprobatória de isenção.



ESTADO DO PARANÁ

6.

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

§ 2º - As dispensas por motivo de saúde só terão validade com a especificação da doença (CID) e a duração do impedimento e quando entregues à direção do estabelecimento, até 8 (oito) dias após o início do impedimento.

Art. 18 - Ao aluno dispensado da prática da atividade física, por motivo de saúde, é vedada a participação em competições desportivas escolares pelo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado, enquanto perdurar a dispensa.

Parágrafo único - Ficam ressalvados os casos em que a competição desportiva não exija a condição específica geradora da dispensa.

TÍTULO VI

Dos Recursos

CAPÍTULO IX

Das Instalações e Materiais

Art. 19 - As condições para a prática da Educação Física no Ensino de 1º e 2º Grau contarão com investimentos orçamentários do Estado, que permitam adequar espaços físicos, instalações, equipamentos e materiais.

Art. 20 - Quando não dispuser de instalações para a prática das atividades constantes do Programa de Educação Física, cada Estabelecimento de Ensino ou a autoridade competente poderá celebrar convênios com entidades desportivas, centros sociais urbanos, parques, corporações militares ou instituição mais próxima que as possuir.

Art. 21 - Complementarmente à ação do Estado, os Estabelecimentos de Ensino deverão, sempre que possível, destinar recursos financeiros, bem como estimular suas APMs, para a aquisição de equipamentos e materiais destinados à prática da Educação Física.

CAPÍTULO X

Do Corpo Docente

Art. 22 - Para o exercício do magistério da disciplina de Educação Física, no Ensino de 1º Grau (5a. à 8a. série), 2º Grau e Educação Especial, exigir-se-á a habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à Licenciatura Plena.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

7.

Parágrafo Único - Sempre que não houver professor de Educação Física com Licenciatura Plena, observar-se-á o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 30 e no Artigo 77 da Lei nº 5692/71.

TÍTULO VII

Do Plano Anual de Trabalho

Art. 23 - A programação da Educação Física, expressa no Plano Anual de Trabalho em objetivos e conteúdos, deverá abranger os aspectos de ordem psicomotora, cognitiva e afetiva, integrando-se com as demais matérias do currículo, com a ação educativa da escola junto à família e à comunidade.

Parágrafo Único - Caberá ao Professor de Educação Física a elaboração do Plano Anual de Trabalho, devendo este ser aprovado pela Direção do Estabelecimento de Ensino.

Art. 24 - Atendendo aos critérios fixados pela Coordenação de Educação Física da Secretaria de Estado da Educação, o Núcleo Regional de Ensino decidirá sobre a concessão de até no máximo 06 (seis) horas/aula semanais de trabalho do Professor de Educação Física, as quais deverão ser dedicadas à execução de um plano específico de trabalho destinado a treinamento desportivo.

Parágrafo Único - Caberá ao Núcleo Regional o acompanhamento e a avaliação do plano de trabalho, podendo este ser cancelado quando do seu não cumprimento.

TÍTULO VIII

Da Compensação pelo Desporto Estudantil

Art. 25 - Os alunos, enquanto estiverem regularmente convocados para participarem de competições oficiais do Desporto Estudantil, de acordo com o que prescreve o Decreto Federal nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, poderão ser dispensados da prática da Educação Física na Escola.

Parágrafo Único - A dispensa a que se refere este artigo só poderá ocorrer para as competições estudantis internacionais, nacionais e regionais do Desporto Estudantil, em suas respectivas jurisdições.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

8.

Art. 26 - Em qualquer hipótese, a dispensa só será concedida se o órgão competente do Desporto Estudantil na jurisdição adotar os seguintes procedimentos:

- a) comunicar a convocação antecipada formalmente ao estabelecimento ou instituição de ensino, informando o nome do aluno, as denominações da competição oficial e da modalidade desportiva; o período de dispensa requerido, incluído o tempo destinado à fase de preparação, bem como a data em que o aluno deverá ser desconvocado;
- b) comunicar regularmente ao estabelecimento de ensino os resultados da frequência e aproveitamento do aluno, durante o período de convocação.

Art. 27 - Nenhum outro tipo de competição estudantil ou de outra forma de organização desportiva, não enquadrada no que dispõe o Artigo 25 e seu Parágrafo único e Artigo 26, poderá proporcionar a compensação da prática da Educação Física na escola.

TÍTULO IX

Do Desporto Escolar

Art. 28 - Quando da realização de eventos desportivos escolares de caráter regional ou estadual, na área de ensino de 1ª e 2ª graus, a supervisão normativa, disciplinadora e de direção, resultará da ação conjunta da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Parágrafo único - Os eventos desportivos escolares deverão atender aos objetivos estabelecidos no Artigo 3º deste Regulamento, e deverão ser previstos no Calendário Escolar, de forma a respeitá-lo, sem prejuízo da carga horária mínima exigida por lei, para cada grau e modalidade de ensino.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

9.

TÍTULO X

Das Disposições Gerais

Art. 29 - É obrigatório para os alunos e professores o uso de vestuário adequado, que facilite a execução de seus movimentos ou atividades nas sessões de Educação Física.

Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos pelos órgãos competentes.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 001/83

A Secretária de Estado da Educação e o Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E M

1 - Os eventos desportivos escolares de caráter regional ou estadual, na área de ensino de 1ª e 2ª graus, serão dirigidos e supervisionados pela ação conjunta da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

2 - Os eventos desportivos escolares deverão atender aos objetivos do Ensino de Educação Física para os diferentes graus e modalidades de ensino.

3 - Os eventos desportivos escolares deverão ser previamente previstos de forma a respeitar os calendários escolares, sem prejuízo da carga horária mínima exigida por lei para cada grau e modalidade de ensino.

4 - A regulamentação específica dos eventos desportivos será elaborada conjuntamente por ambas as Secretarias de Estado acima referidas, levando em conta a disponibilidade das estruturas físicas e de recursos humanos necessárias para a sua realização.

Curitiba, 12 de dezembro de 1983.

GILDA POLI ROCHA LOURES

Secretária de Estado da Educação

FERNANDO EUGENIO GHIGNONE

Secretário de Estado da Cultura e do Esporte



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

LEI Nº 6503

Art. 1º - É facultativa a prática da Educação Física, em todos os graus e ramos de ensino:

- a) ao aluno de curso noturno que comprove exercer atividades profissionais, em jornada igual ou superior a 06 (seis) horas;
- b) ao aluno maior de 30 (trinta) anos de idade;
- c) ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que em outra situação, comprove estar obrigado à prática de Educação Física na Organização Militar em que serve;
- d) ao aluno amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- e) ao aluno de Curso de Pós-Graduação; e
- f) à aluna que tenha prole.

DECRETO LEI 1044/69

Art. 1º - São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecção congênita ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórvidas, determinados distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

- a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;
- b) ocorrência isolada ou esporádica;
- c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verifiquem entre outros casos de síndromes hemorrágicas (tais como neofilia), asma cardite, pericardites, afecções osteoarticulares.



ESTADO DO PARANÁ

2.

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

lares submetidas a correção ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art. 2º - Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e às possibilidades do estabelecimento.

Art. 3º - Dependerá o regime de exceção neste decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Art. 4º - Será da competência do Diretor do estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção.

Brasília, 21 de outubro de 1969



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

LEI Nº 5692/71

Art. 30 - Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1a. a 4a. séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura.

§ 1º - Os Professores a que se refere a letra "a" poderão lecionar na 5a. e 6a. séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três, mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando for o caso, formação pedagógica.

§ 2º - Os Professores a que se refere a letra "b" poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2a. série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

LEI Nº 5692/71

Art. 77 - Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem em caráter suplementar e a título precário:

- a) no ensino de 1º grau, até a 8a. série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4a. série de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, até a 6a. série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3a. série de 2º grau;
- c) no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau.

Parágrafo único - Onde e quando persistir falta real de Professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar:

- a) no ensino de 1º grau, até a 6a. série, candidatos que hajam concluído a 8a. série e venham a ser preparados em cursos intensivos;
- b) no ensino de 1º grau, até 5a. série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação;
- c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho.

DECRETO-LEI Nº 1.044 - De 21 de outubro de 1969

Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que a Constituição assegura a todos os direitos à educação;

Considerando que condições de saúde nem sempre permitem frequência do educando à escola, na proporção mínima exigida em lei, embora se encontrando o aluno em condições de aprendizagem;

Considerando que a legislação admite, de um lado o regime excepcional de classes especiais, de outro lado, o da equivalência de cursos e estudos, bem como o da educação peculiar dos excepcionais, decretam:

Art. 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes.

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cardite, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art. 2º Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do Estabelecimento.

Art. 3º Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Art. 4º Será da competência do Diretor do Estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção.

Art. 5º Este Decreto-Lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 147º da Independência
e 81º da República.

Augusto Hamann Rademaker Grunewald
Aurélio da Lyra Tavares
Márcio de Souza e Mello
Tarso Dutra

(Publicado no DOU de 21 de outubro e retificado no DOU de
11 de novembro de 1969)

L E I N° 6.503 de 13 de dezembro de 1977

Dispõe sobre a Educação Física, em todos os graus e ramos do ensino.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É facultativa a prática da Educação Física, em todos os graus e ramos de ensino:

a) ao aluno de curso noturno que comprove exercer atividade profissional, em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas (Consultar Lei 7.692/88)

b) ao aluno maior de 30 (trinta) anos de idade;

c) ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em outra situação, comprove estar obrigado à prática de educação física na Organização Militar em que serve;

d) ao aluno amparado pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

e) ao aluno de curso de pós-graduação;

f) e à aluna que tenha prole.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 13 de dezembro de 1977;
1569 da Independência e 899 da República.

ERNESTO GEISEL

NEY BRAGA

Cópia do original.



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

56

Curitiba, 12 de Novembro de 1984

Ofício Circular nº 14/CEF/SEED

Da Coordenação de Educação Física da SEED

Aos Departamentos, Coordenações e Grupos Setoriais da SEED

Senhores Chefes,

Estamos enviando à Vossa Senhoria 03 (três) cópias da Resolução nº 7.251/84 e da Instrução Conjunta nº 01/84, que esclarece e, dentro do possível, estabelece critérios para a prática da Educação Física na Rede Estadual de Ensino.

Salientamos que estes documentos foram amplamente discutidos por esta Coordenação e Professores de Educação Física de todos os Núcleos Regionais de Ensino, bem como com os Departamentos de 1º grau, 2º Grau, Coordenação dos Núcleos Regionais, Departamento de Ensino Supletivo, Grupo de Recursos Humanos Setorial e Assessoria de Intercâmbio Educacional.

Atenciosamente,

PROFa. CARMEN LÚCIA SOARES

Coordenadora de Educação Física



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

e. O referido plano, aprovado pela Direção do Estabelecimento, deverá ser entregue na I.E.E. junto com a proposta geral de aulas do Estabelecimento de Ensino até o dia 28 de Fevereiro de 1985, o qual será entregue ao N.R.E. impreterivelmente, até o dia 08 de Março de 1985, para análise e estudo das pretenções contidas no mesmo, aprovando-o ou rejeitando-o e, comunicando a decisão à Escola num prazo de até 10 dias, para que esta possa iniciar as atividades constantes do plano;

f. Uma vez aprovado o plano pelo N.R.E., este deverá ser encaminhado a CEF/SEED até 15 dias após o recebimento no respectivo Núcleo;

g. O Professor responsável pelo Plano de Trabalho destinado ao treinamento desportivo deverá apresentar ao Núcleo Regional de Ensino, a que está jurisdicionado, um relatório anual das atividades desenvolvidas;

h. O Núcleo Regional de Ensino comprometer-se-á a enviar a Coordenação de Educação Física da Secretaria de Estado da Educação até o dia 15 de Dezembro de cada ano, uma avaliação do trabalho desenvolvido de acordo com o Artigo 24º da Resolução nº 7.251/84;

i. A permissão para utilização das 06 (seis) horas/aulas da carga horária do professor, a que se refere o Artigo 24º da Resolução nº 7.251/84, dependerá da avaliação pelo N.R.E. do trabalho realizado durante o ano.

j. O Estabelecimento de Ensino deverá participar, obrigatoriamente, de eventos desportivos "escolares" oficializados pela SEED/SECE (jogos Escolares).

4. CONSTITUIÇÃO DE TURMAS - CURSO NOTURNO

a. As turmas para as aulas de Educação Física dos Cursos noturnos, serão constituídas após a triagem de alunos que solicitarem dispensa no mês de Fevereiro, e para o Ensino Supletivo nos meses de fevereiro e julho através de documentação;



ESTADO DO PARANÁ

04.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

b. As dispensas deverão ser solicitadas por escrito;

c. Dispensa por trabalho: xerox da carteira de trabalho onde conste os dados pessoais e do contrato de trabalho. Declaração da firma empregadora, onde deve constar horário e carga-horária diária;

d. ao aluno(a) maior de 30 anos: xerox da cédula de identidade;

e. Serviço militar: declaração da organização militar em que serve;

f. A aluna que tenha prole: xerox da certidão de nascimento do

a) filho (a);

g. O aluno que não apresentar a documentação comprobatória necessária no período estabelecido estará obrigado a frequentar todas as atividades da Educação Física até novo prazo estabelecido;

h. A documentação que comprova a isenção da atividade física do aluno, deverá ser anexada junto à pasta escolar do mesmo;

i. Os alunos que não solicitarem a dispensa amparados pela Lei 5.503, o estabelecimento de Ensino empenhar-se-á em ofertar atividades de conteúdo interdisciplinar, para garantir no período das aulas de Educação Física, o pleno desenvolvimento das atividades desta disciplina, bem como das demais, que compõem o currículo escolar.

5. QUANTO AO HORÁRIO

a. solicita-se que as aulas de Educação Física, preferencialmente não sejam colocadas no último horário do Estabelecimento de Ensino.

6. QUANTO AOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS CURSOS NOTURNOS

a. as aulas de Educação Física possuem caráter recreativo e se constituem em atividades essencialmente práticas, sendo que não se faz necessário o uso de teoria nos cursos noturnos, salvo o curso profissionalizante de Habilitação Magistério.

7. DOS RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

a. Quando da elaboração do plano anual, que os espaços físicos destinados à prática da Educação Física sejam utilizados sob forma de rodízio entre os Professores do Estabelecimento, de acordo com a atividade trabalhada.



ESTADO DO PARANÁ

02.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

f. que, por demais habilitações a nível de 2º grau, poderão constituir uma turma, alunos de séries diferentes, quando, na mesma série o número de alunos não atender ao mínimo de 50% do número exigido pelo decreto de aulas extraordinárias.

2. NA ELABORAÇÃO DO HORÁRIO

a. deverá o professor de Educação Física colaborar com o Diretor do Estabelecimento, esclarecendo dúvidas que possam advir em relação a esta instrução e a legislação específicas (Resolução nº 7.251/84 e Decreto Federal nº 69.450/71);

b. que, a disciplina Educação Física, considerando sua especificidade esclarecida anteriormente, seja colocada, preferentemente, no horário do Estabelecimento de Ensino antes da colocação das demais disciplinas;

3. CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO DE AULAS DESTINADAS A TREINAMENTO DESPORTIVO

a. Para a execução do plano de trabalho destinado a treinamento desportivo, será considerado preferentemente, a hora permanência que, porventura o Professor solicitante detenha;

b. Quando do levantamento nas Escolas das aulas excedentes que irão para a sessão pública de distribuição, a direção deverá já computar aquelas provenientes da possível implantação do plano de treinamento referente ao art. 24 da Resolução nº 7.251/84.

c. Nos casos em que existir a necessidade de aulas extraordinárias em virtude do desvio das aulas efetivas para o referido plano, na proposta das mesmas deverá ser encaminhado, em folha anexa, o Plano;

d. Apresentar um plano de trabalho, onde deva constar:

- . NOME DO ESTABELECIMENTO
- . NOME DO PROFESSOR - RG - NÍVEL
- . CARGA HORÁRIA - LOTAÇÃO
- . LOCAL DE TREINAMENTO
- . MATERIAL DESPORTIVO DISPONÍVEL
- . MODALIDADE
- . HORÁRIO DE TREINAMENTO
- . RELAÇÃO DOS ALUNOS-ATLETAS - IDADE E SEXO
- . PLANO DE TREINAMENTO



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS

GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

INSTRUÇÃO CONJUNTA Nº 01/84

ORIENTAÇÃO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1º e 2º GRAUS.

A Educação Física, disciplina do currículo escolar (art. 7º da Lei 5.692/71), segundo o Decreto Federal nº 69.450/71, exige para a constituição de turmas, alunos do mesmo sexo e série escolar.

Esta exigência é necessária, pois as atividades desenvolvidas nesta disciplina apresentam características diferentes para o sexo masculino e feminino.

Sendo assim, seus conteúdos são elaborados em função do crescimento e maturação dos alunos, e, desta forma quando reunidas turmas de diferentes séries ou quando se concentram aulas (aulas geminadas), o seu desenvolvimento fica bastante prejudicado.

Considerando o acima exposto solicitamos:

1. NA CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS:

a. que, no ato da matrícula seja elaborado o levantamento do nº de alunos por sexo e série escolar;

b. que, exigir-se-á o nº de 35 (trinta e cinco) alunos por turma, conforme o decreto de aulas extraordinárias, observando-se: sexo, série escolar e turno;

c. que, excepcionalmente, serão reunidos alunos do mesmo sexo de diferentes séries subsequentes (5a. e 6a. ou 7a. e 8a., no 1º Grau), quando o número de alunos for inferior ao número exigido pelo Decreto de aulas extraordinárias.

d. que, constituir-se-á uma turma se da junção de 02 (duas) ou mais turmas, o número de alunos for ainda inferior a 50% do número estabelecido pelo decreto de aulas extraordinárias, considerados para esta junção: sexo, série escolar e turno, esgotado o recurso do item "c".

e. que, no 2º Grau - Habilitação Magistério, não se abrirão turmas de alunos de séries diferentes em hipótese alguma.



ESTADO DO PARANÁ

05.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

8. As Aulas de Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino ' que ofertam Educação Especial, Prê-Escolar e Escolar de 1a. a 4a. séries do 1º ' Grau serão ministradas pela Professora Regente da Classe.

Curitiba, 29 de Outubro de 1984.

Abigail Linero G. Silverio
ABIGAIL LINERO G. SILVERIO
Chefe do CNR

Jose Mauro da S. Petroski
JOSE MAURO DA S. PETROSKI
Chefe do GRHS

Carmen Lúcia Soares
CARMEN LÚCIA SOARES
Chefe da CEF



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI Nº 7.692 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 1.988.

Dá nova redação ao disposto na Lei nº 6.503 de 13 de dezembro de 1.977 que dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 6.503, de 13 de dezembro de 1.977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - É facultativa a prática da Educação Física, em todos os graus e ramos de ensino:

- a) ao aluno que comprove exercer atividade profissional, em jornada igual ou superior a 6(seis) horas;
- b) ao aluno maior de 30(trinta) anos de idade;
- c) ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em outra situação, comprove estar obrigado à prática de Educação Física na Organização Militar em que serve;
- d) ao aluno amparado pelo Decreto -Lei nº 1044 de 21 de outubro de 1.969;
- e) ao aluno de curso de pós-graduação; e
- f) à aluna que tenha prole."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ SARNEY - Presidente da República.
HUGO NAPOLEÃO

Publicada no Diário Oficial da União, nº 241 de 21/12/88.



ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 235/88

PARECER Nº 311 / 88 APROVADO EM 09 / 12 / 88

CÂMARA DE ENSINO DE 2º GRAU

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR DA SEED

MUNICÍPIO: CURITIBA

ASSUNTO:

Consulta.

RELATOR A: MARIA DATIVA DE SALLES GONÇALVES

I - RELATÓRIO

Pelo ofício nº 381/88-CDE, a Coordenação de Documentação Educacional, da SEED, solicita deste Colegiado pronunciamento sobre inúmeras questões, apresentadas nas fls. 05 a 07 do processo.

Obedecendo à ordem dos fatos expostos e das indagações constantes no referido expediente, passamos a analisá-los e a respondê-las:

"1.ª Questão

A Deliberação nº 23/86-CEE, na seção I - "Matrícula por Disciplina em Cursos de 2º Grau Regular" para a parte de Formação Especial estabelece no seu artigo 72 que "as normas da presente seção não são aplicáveis a cursos de 2º Grau Supletivo", face a isso perguntamos:

- a) No que se refere ao Ensino Supletivo o amparo legal continua sendo o Parecer nº 290/83-CEE?
- b) Qual o amparo legal para dispensar a Educação Geral de alunos que já concluíram um curso de 2º grau e retornam para realizar uma nova habilitação no Ensino Supletivo"? (cf.fl.05).

Item "a"

A resposta é negativa, uma vez que o artigo nº 139 da Deliberação nº 023/86-CEE revoga, além de várias Deliberações, as "demais disposições em contrário", no caso, o Parecer nº 290/83, na parte concernente à concessão para que, no ensino supletivo, seja ofertada exclusivamente a parte de "Formação Especial", por outra via que não a da Suplência Profissionalizante, cuja função visa, também, o atendimento de egressos de cursos de 2º Grau que pretendam cursar uma, ou mais de uma habilitação profissional.

Se mantivéssemos em vigor o referido dispositivo do Parecer nº 290/83, estaríamos alimentando um sistema paralelo ao ensino supletivo, o que redundaria na "duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes", proibida pelo artigo 2º da Lei nº 5692/71.

Item "b"

O amparo legal está nos artigos 109, parágrafo 2º e no artigo 116 da Deliberação nº 023/86 e no item III da Indicação nº 001/88, que foi incorporada à Deliberação nº 005/88-CEE.

"2.ª Questão"

O artigo da Lei nº 6503 de 13/12/77, que dispõe sobre Educação Física, estabelece ser 'facultativa' a prática de Educação Física, em todos os ramos de ensino:

a)

Perguntamos:

- a) Pode-se entender a disciplina de Educação Física como subdividida em Prática e Teórica?
- b) O aluno amparado pela Lei nº 6503 está dispensado das aulas de Educação Física 'in totum'?
- c) Em caso de dispensa 'in totum' como computar frequência e carga horária?" (cf.fl.05)

Item "a"

As respostas a este item estão, explicitamente contidas no Título II do Decreto nº 69.450, de 01 de novembro de 1971, e no artigo 1º da Portaria MEC nº 148, de 27 de abril de 1967, a seguir transcritos:

"Título II"

Da Caracterização dos Objetivos

Art. 3º - A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

- I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outra que concorram para completar a formação integral da personalidade.

No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade, a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, a aquisição de novas habilidades, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.

III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no "campus" universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

§ 1º - A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º - A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída a programação de atividades a iniciação desportiva.

§ 3º - Nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga à do ensino superior." (cf. Decreto nº 69.450/69).
(grifos nossos)

Neste Decreto, a única abordagem teórica, dissociada da prática imediata, é a prevista no seu artigo 10:

"Art. 10 - A Orientação Educacional constituirá alternativa para as ocasiões de impossibilidade de utilização de áreas ao ar livre, sendo atribuição do professor de educação física a abordagem da problemática de saúde, higiene e aptidão física, resguardadas as peculiaridades regionais dos graus de ensino." (grifo nosso).

Por outro lado, a Portaria MEC nº 148/67 estabelece:

"Art. 1º - O Programa de Educação Física constituir-se-á em um conjunto de ginástica, jogos, desportos, danças e recreação, capaz de promover o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito e, de modo especial, fortalecer a vontade, formar e disciplinar hábitos sadios, adquirir habilidades, equilibrar e conservar a saúde e incentivar o espírito de equipe, de modo que seja alcançado o máximo de resistência orgânica e de eficiência individual" (grifo nosso).

Item b

A Lei nº 6503, de 13 de dezembro de 1977, estabelece, na íntegra, que:

"Art. 1º - É facultativa a prática de Educação Física em todos os graus e ramos de ensino.

- a) ao aluno de curso noturno que comprove exercer atividade profissional em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas;
- b) ao aluno maior de 30 (trinta) anos de idade;
- c) ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em outra situação, comprove estar obrigado à prática de educação física na organização militar em que serve;
- d) ao aluno amparado pelo Decreto-Lei nº 1044, de outubro de 1969;
- e) ao aluno de curso de pós-graduação; e
- f) à aluna que tenha prole.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário".

nã
tu.
le

Portanto, ao aluno é dado o direito de solicitar dispensa ou não da Educação Física. Contudo, uma vez optante pela dispensa, ele a terá por completo, pelo fato de a Lei acima transcrita, em momento algum, exigir qualquer forma de compensação, no caso.

Assim sendo, o Decreto nº 69.450/71 - na época, apoiado na Lei nº 705/69, que antecedeu a de nº 6503/77 e que só não continha alíneas "d", "e" e "f" do atual - não prevê outro tipo de compensação que não aquele estabelecido no parágrafo único do artigo 8º:

Art. 8º - O treinamento desportivo para atender às necessidades profissionais de universitário, vinculado a clube, poderá, a critério da direção do estabelecimento respectivo, ser considerado válido para cumprimento das exigências legais.

Parágrafo único - A compensação a que se refere o presente artigo não exime o aluno de testes, provas e outros meios de avaliação e controle previstos pela programação do estabelecimento (grifo nosso).

ção
hou
sej
la
rá

A propósito, com referência a essa tendência de se agir nos regulamentos mais do que a própria Lei o faz, o Conselho Federal de Educação tece as seguintes considerações no seu Parecer de nº 540/77:

"(...)

É fora de dúvida, também, que o Decreto nº 69.450 de 1º de novembro de 1971, não teria a intenção de ser mais rígido no trato da Educação Física do que o foi a lei que fixa as diretrizes e bases de toda a educação nacional."

ao que nós acrescentamos, no presente caso: ou a Lei nº 6503/77

"(...)

A tradição, porém, tem colocado a Educação Física em situação sui generis nos contextos curriculares, de vez que muitos sistemas de ensino impõem-na de fora para dentro, com "programas"

supervisão específicos, num reflexo das próprias estruturas das Secretarias de Educação. Tal situação, 'privilegiada' lhe é sem dúvida desfavorável: não contribui para uma valorização de Educação Física e, pelo contrário, prejudica-a na medida em que a dissocia dos projetos educacionais concebidos pelos estabelecimentos, que devem ser exatamente estimulados a diferenciar-se na busca da individualização que corresponde às diferentes realidades em que se inserem."

Item "c"

No caso de o aluno optar pela dispensa da Educação Física, não poderá ser computada a carga correspondente, mas sim sua situação de dispensado, devendo ser feita a citação do dispositivo legal que amparou a dispensa.

"3.ª Questão

Art. 119 da Deliberação nº 023/86-CEE disciplina que "a adaptação far-se-á conforme o caso mediante:

I - Complementação de estudos;

II - ...

O Art. 113 da mesma Deliberação define que o limite máximo de adaptação permitida é cinco.

Perguntamos:

Como incluir a complementação de estudos no cômputo das cinco disciplinas se a carga-horária a ser complementada corresponde ao total do curso"?
[sic!] (cf. fls. 05 e 06)

Tentando interpretar a questão formulada, respondemos:

Para não ultrapassar o limite máximo de cinco (5) adaptações, permitido no artigo 119 da Deliberação nº 023/86-CEE, quando houver necessidade de adaptação por complementação de estudos, ou seja, pelo não-atingimento da carga horária mínima estabelecida pela Lei nº 5692/71, para o curso, a carga horária complementar deverá ser cumprida pelo aluno:

- a) em até cinco (5) disciplinas, selecionadas dentre as que apresentarem maiores defasagens de carga horária, caso ele não necessite fazer nenhuma adaptação por suplementação e/ou por compromisso;
- b) na (s) disciplinas (s) em que ele necessita fazer adaptação por suplementação e/ou compromisso, acrescida (s) de outras, cujas defasagens de carga horária sejam maiores, até o limite de (cinco) 5 disciplinas, incluída (s) a (s) primeira (s);
- c) exclusivamente nas disciplinas em que o aluno necessita fazer adaptação por suplementação e/ou por compromisso, quando estas forem em número de cinco (5).

64

"4.^a Questão

Um estabelecimento oferta disciplinas extracurriculares com frequência e avaliação, sem contudo constarem da grade curricular aprovada pelo órgão competente.

Perguntamos:

Esses estudos podem ser considerados para aproveitamento de estudos?" (cf. fl. 06)

A resposta é negativa. O que não existe na grade, aprovada, não existe oficialmente.

"5.^a Questão

Face a crescente demanda por Exames de Revalidação de estudos realizados no estrangeiro, indagamos ao CEE da possibilidade de credenciar outros estabelecimentos de ensino da capital e do interior para realizarem tais exames. (Del. 50/82-CEE)" (cf. fl. 06)

Esta questão já foi encaminhada através de outro processo.

Este Colegiado não faz restrição no solicitado, porém guarda a indicação dos estabelecimentos, pelo DESG/SEED, para o devido credenciamento.

"6.^a Questão

Art. 116 - O aproveitamento dos estudos concluídos com aprovação será concedido, numa disciplina, mesmo que haja diferenças de programas e de carga-horária. (Del. nº 23/86-CEE)".

Perguntamos:

a) Um aluno cursou na 1.^a série do 2º Grau uma Língua Estrangeira Moderna, supostamente Espanhol.

Ao transferir-se para 2.^a série a escola de destino oferece na 1.^a série Inglês, como Língua Estrangeira Moderna.

Perguntamos:

a) Há necessidade desse aluno fazer adaptação de Inglês, tendo em vista o currículo da escola de destino?

b) Há possibilidade de aproveitamento de estudos já que o aluno cumpriu a exigência legal curricular de atendimento a disciplina de Língua Estrangeira Moderna?

c) Um aluno reprovado na última série ou período de 1º ou 2º Graus, em disciplinas de Formação Especial ou Parte Diversificada, poderá requerer o aproveitamento de estudos de Educação Geral no CES e com isso obter a conclusão de curso em Educação Geral? (Cf. Parecer nº 206/86 e 214/86-CEE por analogia)." (cf. fl. 06 e 07)

Itens "a" e "b"

A resposta para o item "a" é positiva e para o "b", negativa.

Em que pese o fato de o aluno ter tido a matéria Língua Estrangeira Moderna, ele não cursou a disciplina Inglês, constante na 1.ª série do currículo da escola de destino, o qual deverá ser, indiscutivelmente, integralizado pelo aluno para que o mesmo possa fazer jus ao Certificado ou ao Diploma correspondente.

É de se lembrar que, de acordo com o Art. 118 da Deliberação nº 23/86-CEE:

"O aproveitamento de estudos, mediante atribuição de idêntico ou equivalente valor formativo pelo estabelecimento de destino, poderá dar-se:

- I - em relação às disciplinas da parte diversificada acrescentada pelo estabelecimento de origem e pelo de destino;
- II - em relação aos componentes do Art. 7º da Lei nº 5692/71, qualquer que tenha sido sua abrangência, duração ou forma de abordagem metodológica no estabelecimento de origem".

Como, no ensino de 2º Grau, a Língua Estrangeira Moderna faz parte do Núcleo Comum, o supracitado dispositivo não se aplica a ela.

Por outro lado, mesmo que não houvesse tal restrição no âmbito legal, far-se-ia necessária a adaptação, sob o ponto de vista pedagógico, caso a disciplina tivesse continuidade na série subsequente, como acontece, por exemplo, com o Inglês no ensino de 1º Grau, onde ele integra a parte diversificada do currículo, geralmente, ao longo das quatro (4) últimas séries daquele grau de ensino.

Item "c"

A resposta é negativa.

Com a revogação da alínea "a" do § 3º do Art. 75 da Deliberação nº 23/86 pela de nº 23/88-CEE, não se podem mais aproveitar estudos de séries ou períodos em que o aluno tenha sido reprovado.

No caso específico citado neste item, faltaria, ainda, objeto para a matrícula desse aluno. Em outras palavras, a matrícula no CES é por disciplina e a sua oferta educacional é exclusivamente a Suplência de Educação Geral. Ora, se o aluno só foi reprovado na parte de Formação Especial, em que disciplina (s) ele seria matriculado no CES, para caracterizar a integralização do currículo, nesse estabelecimento de ensino, a fim de que, por ele, pudesse receber o respectivo Certificado?

II - VOTO DA RELATORA

Diante do exposto, damos por respondida a consulta encaminhada pela CDE/SEED, contida no Processo nº 235/88.

É o Parecer.

Mauro Antônio de Sales Junior

CONCLUSÃO DA CÂMARA

70

A Câmara acompanha, por unanimidade, o voto da Relatora

Curitiba, 08 de dezembro de 1988

Donato Reis
João Carlos
J. Carneiro
mi P. R.

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade a Conclusão da Câmara.

Sala Pe. José de Anchieta em, 09 de dezembro de 1988.

Aluísio Antunes de Almeida
Elton Paraguaná
J. Carneiro
Aluísio Antunes
Champanha
Liliane A. B. de Almeida
J. Carneiro
J. Carneiro